



viwagua

Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2012

Índice

Índice.....	1
Mensagem do Presidente	3
Principais Indicadores.....	7
Estrutura Organizacional	8
Corpos Sociais	8
Estrutura orgânica.....	10
Estratégia Empresarial.....	11
A Empresa	11
Enquadramento Sectorial	13
Missão, Visão e Valores	14
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	15
Comunicação e Educação	16
Áreas de Atividade	21
Investimento	34
Recursos Humanos.....	36
Desempenho Económico e Financeiro	37
Perspetivas Futuras	43
Proposta de Aplicação de Resultados.....	46
Considerações Finais	47
Demonstrações financeiras.....	48
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	49
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	50
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011.....	51
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012.....	52
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	54

Mensagem do Presidente

Este exercício ficou marcado pela definição de um conjunto de investimentos estratégicos para o futuro da Vimágua, com implicações diretas no serviço público de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas, correspondendo à materialização de objetivos de gestão.

Assim, na sequência da assinatura, a 22 de março de 2011, do contrato de concessão com o Estado para a captação de água proveniente do Rio Ave pelo período de 30 anos e do envio para aprovação pela Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P. do estudo de delimitação do perímetro de proteção das captações, foi, no decorrer do ano de 2012, adjudicado o projeto de remodelação e ampliação da estação de tratamento de água de Prazins St.^a Eufémia, o principal centro de produção de água da Vimágua.

Este conjunto de acontecimentos é a formulação de uma sucessão de premissas devidamente planeadas que nos conduzem, de uma forma sustentável, ao nosso objetivo principal, um serviço público de abastecimento de água em Guimarães e Vizela que responda, hoje e no futuro, às necessidades dos utilizadores, tendo em conta exigentes parâmetros de qualidade.

Neste contexto, após o estudo de tratabilidade da água elaborado pelo Laboratório de Engenharia Sanitária da Universidade do Porto e a avaliação do desempenho de várias tecnologias através de instalações piloto, a Vimágua vai construir e instalar na Estação de Tratamento de Água de St.^a Eufémia de Prazins a tecnologia de ultrafiltração no tratamento da água, tratando-se de um processo físico de separação dos sólidos em suspensão, matéria coloidal e microorganismos.

A Vimágua será pioneira no País na introdução desta tecnologia no tratamento da água, a qual nos irá permitir assegurar uma água pública de distribuição de qualidade superior.

O projeto de remodelação da estação de tratamento de água de St.^a Eufémia de Prazins será executado em duas fases, sendo que à primeira fase corresponderá um investimento de 1,9 milhões de euros, cujos correspondentes trabalhos estarão concluídos até setembro de 2013.

No âmbito da referida intervenção será criado um novo posto de transformação de 4000kVA que proporcionará maior segurança na potência disponível, permitindo uma gestão do esforço de captação ajustado aos períodos horários de menor custo da energia, aumentando a eficiência e reduzindo a fatura energética.



Estão, assim, lançadas as bases para um serviço público de abastecimento de água de excelência nos três vértices de serviço, ou seja, quantidade, qualidade e continuidade.



Assim, no que concerne aos indicadores de serviço de cobertura de redes ou acessibilidade física ao serviço de águas, a Vimágua, chegados ao final de 2012, conseguiu dotar os concelhos de Guimarães e Vizela de níveis de cobertura em água de 97,6% e em saneamento de 89,6%, isto é dos 75.838 alojamentos existentes nos Municípios de Guimarães e Vizela, 73.949 têm acesso à rede pública de água e 67.928 à rede de saneamento.

Em 2012 temos um total de clientes de 61070 a que corresponde um crescimento de 1,32%, relativamente ao ano anterior.

A Vimágua estabeleceu como uma das suas principais prioridades a universalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

A concretização deste objetivo face à ocupação dispersa o território exigiu investimentos vultosos que se traduzem na atualidade em 62 reservatórios, 18 estações elevatórias, 12 hidropressores, 787 km de coletores de águas residuais e 1360km de condutas de água.

Paralelamente à realização de extensões de redes, saliento os investimentos na qualidade e continuidade do serviço, tendo, durante o ano de 2012, procedido à adjudicação de obras de substituição de redes antigas que evidenciavam alguma vulnerabilidade face à frequência de roturas registadas.

A substituição da conduta elevatória da Mãe D'água e das condutas de abastecimento da rua da Arcela, em Azurém, a substituição de um trecho da conduta distribuidora em Moreira de Cónegos e a reabilitação e a impermeabilização do reservatório de S. Pedro de Azurém, constituem exemplos de projetos que visam assegurar a continuidade e a qualidade do serviço, a redução do número de interrupções do fornecimento de água e a melhoria do indicador de perdas.

Para o favorecimento da continuidade e qualidade do serviço público de abastecimento de água concorre, também, o investimento que temos vindo a realizar na reserva de água.

A este título evidenciamos, a construção do Reservatório de Vila Nova de Infantas – Zona Alta, com 200m³ e do Reservatório das Minas da Penha, com 500m³ de capacidade.

O Reservatório das Minas da Penha permite aumentar a capacidade de reserva de modo a beneficiar da produtividade total das minas, proceder ao tratamento por desinfecção e correção do pH e distribuir graviticamente, melhorando a eficiência energética do sistema.

A preocupação da gestão da Vimágua foi sempre a de criar uma harmonia na dialética entre a realização do investimento necessário à prestação do serviço e a manutenção do preço do serviço num valor socialmente aceitável, tendo em conta, por um lado, a realidade socioeconómica dos Municípios de Guimarães e Vizela e, por outro, a sustentabilidade de um serviço público essencial.

Neste contexto, e apesar da acessibilidade económica ao serviço, de acordo com o sistema de avaliação da ERSAR, ter sido classificada como “Boa”, por recomendação dos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela e da Entidade Reguladora, criámos, em 2012, com a alteração, que se operou ao Regulamento de Serviço, os Tarifários Especiais, designadamente, o Tarifário Social e o Tarifário Familiar.

O tarifário social visa responder às necessidades das famílias com menores recursos, já o tarifário familiar aplica-se às famílias numerosas, criando um tarifário mais favorável, através da redução do número de escalões e do alargamento do intervalo dos mesmos.

No que concerne ao indicador da qualidade da água é com especial regozijo que damos conta de um nível de cumprimento, em relação aos parâmetros legais, durante o ano de 2012, de 99,92% de conformidade.

Surgindo como uma consequência de tudo quanto aqui foi dito, a atividade da Vimágua, em termos económicos, no decurso do ano de 2012 caracterizou-se, uma vez mais, por um desempenho económico e financeiro francamente positivo, com um resultado operacional de 2.100.615euros e um resultado líquido do exercício de 998.809euros.

Por último, cabe-me salientar que do apuramento do exercício serão pagos a título de contrapartida ao Município de Guimarães o valor de 1.436.200euros e ao Município de Vizela 159.578euros.

Os resultados da atividade da Vimágua, bem como o de outras empresas do setor empresarial local, evidenciam que o modelo de gestão pública do setor das águas é capaz de garantir a sua sustentabilidade económico-financeira, ter capacidade para investir, assegurando a continuidade, qualidade e universalidade do serviço, isto com a aplicação de um tarifário acessível às famílias e às atividades económicas.

O Presidente do Conselho de Administração


Armindo Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2010	2011	2012
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500.000	500.000	500.000
CAPITAL PRÓPRIO	26.146.362	26.595.331	24.868.687
PASSIVO	36.222.949	36.908.555	34.984.558
ATIVO	62.369.311	63.503.886	59.853.245
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	41,92%	41,88%	41,55%
INVESTIMENTO	3.036.246	1.584.260	3.076.085
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	3,51%	3,86%	4,02%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,47%	1,62%	1,67%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	14.535.457	15.129.437	14.874.934
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	14.559.437	15.139.549	14.884.911
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	4.932.279	5.202.452	5.104.938
em % do Volume de Negócios	33,93%	34,39%	34,32%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	2.072.465	2.299.825	2.100.615
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	817.057	852.489	822.067
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	917.938	1.026.642	998.809
CASH-FLOW	3.777.752	3.929.569	4.003.133
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	7.281.502	6.871.174	6.049.204
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	59.078	60.276	61.070
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	149	161	160
CLIENTES/TRABALHADORES	396	374	382

¹Resultado líquido / Capital próprio

²Resultado líquido / Ativo total

Estrutura Organizacional



Corpos Sociais

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 11 de Outubro de 2009, foram designados os corpos sociais da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração iniciou funções a 2 de Novembro de 2009, composto pelos seguintes membros:

- Presidente:** Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;
- 1.º Vogal:** Alberto Fernando Lopes da Silva Machado, Vereador da Câmara Municipal de Vizela e designado sob proposta do Município de Vizela;
- 2.º Vogal:** Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, designado sob proposta do Município de Guimarães, cessou funções em 17 de Novembro de 2011.

Na sequência da renúncia ao cargo por parte do segundo vogal iniciou funções no Conselho de Administração da empresa, em 9 de Dezembro de 2011, um novo membro indicado pelo Município de Guimarães e designado em Assembleia Geral da Vimágua:

- 2.º Vogal:** Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos.

Na sequência do falecimento do primeiro vogal, em julho de 2012, a 7 de setembro de 2012, foi indicada pelo Município de Vizela e designada em Assembleia Geral da Vimágua:

- 1ª Vogal:** Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor-geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia-geral** foi presidida pelo Município de Guimarães, representado pelo respetivo Presidente, António Magalhães da Silva, e teve como vogal o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, Dinis Manuel da Silva Costa.

Em 2012 a Assembleia-geral realizou três sessões, duas ordinárias previstas nos Estatutos, e uma extraordinária. A 28 de Março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2011,

apresentado pelo Conselho de Administração da empresa. Na sessão ordinária, realizada a 16 de Novembro, foi aprovado o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2013*, o *Tarifário 2013* e uma proposta de revisão tarifária.

Na sessão extraordinária, realizada a 7 de setembro de 2012 foi eleito o primeiro vogal do Conselho de Administração, definição do regime de exercício das respetivas funções e regime remuneratório.

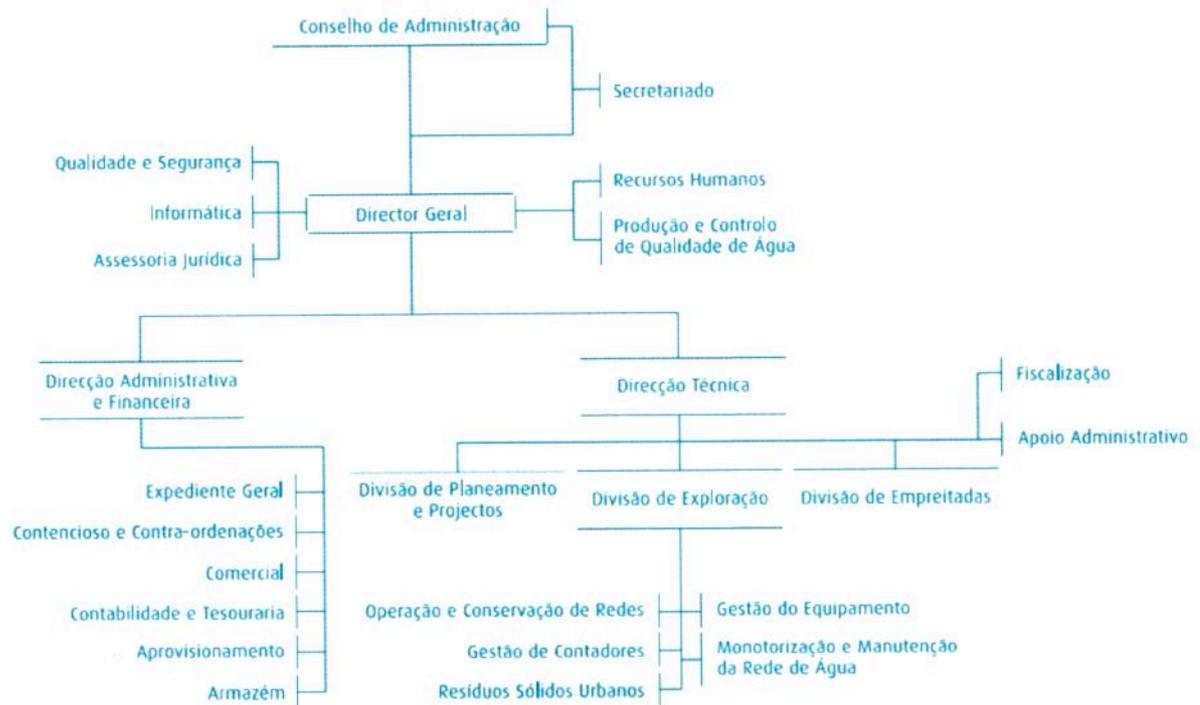
Neste exercício realizaram-se, então, três sessões, duas ordinárias e uma extraordinária:

- 16 de novembro de 2012, tendo com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Ponto um – Tarifário 2013 – Proposta de revisão tarifária
 - Ponto dois - Plano Plurianual de investimentos e plano de gestão previsional 2013;
- 7 de setembro de 2012, tendo como ponto único a eleição do primeiro vogal do Conselho de Administração, definição do regime de exercício das respetivas funções e regime remuneratório;
- 28 de março de 2012, tendo como ponto único a apreciação e votação do Relatório e Contas 2011.

A Fiscalização da empresa mantém-se a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de Dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A VIMÁGUA atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



Guimarães 241,3 km²

Vizela 24,7 km²

TOTAL 266 km²

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do sector empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O presente Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços contratados neste Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela, os quais têm um inegável interesse geral.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição e drenagem de águas.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público.

f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua visam, também, o cumprimento das metas traçadas pelo PEASAR II 2007-2013, o qual, como pode ler-se no Preâmbulo do Despacho Ministerial que o aprovou, “define objetivos e propõe medidas de otimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de otimização do desempenho ambiental do sector (...) Visa, assim, a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspetiva de racionalização de custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessário à sua eficácia”.

Assim, de acordo com o referido documento, são definidos três grandes objetivos estratégicos e as respetivas orientações que devem enquadrar os objetivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente:

i – A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;

ii – A sustentabilidade do sector; e

iii – A proteção dos valores ambientais.

Estes princípios vertem-se nos documentos estratégicos aprovados pelos órgãos da Vimágua e pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

Enquadramento Sectorial

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este novo quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais

sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O desenvolvimento desta regulamentação que impõe adaptações com alguma profundidade à Vimágua, algumas já implementadas, designadamente, ao nível da faturação e relacionamento com os utentes, pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a empresa com impactos económicos e financeiros.

Além das condicionantes impostas pelo novo sistema de regulação do sector, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira;
- A variação dos custos energéticos, sendo o principal fator crítico, na atual conjuntura, o preço do petróleo;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

A 31 de agosto foi publicada a Lei 50/2012 que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, vindo revogar a Lei 53-F/2006, de 29 de dezembro, determinando a obrigatoriedade de, no prazo de seis meses, proceder à alteração dos Estatutos da Vimágua por forma a conformá-los com o disposto na legislação em vigor.

As principais alterações que decorrem deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos; a nomeação do Conselho de Administração que passa a ser da competência da Assembleia Geral; e os executivos municipais passam a aprovar as tarifas, sob proposta do Conselho de Administração.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um serviço de qualidade, orientado por

princípios de eficácia de gestão, sem descurar, porém, a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no sector, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais

Valores

Cliente ⇒ Satisfação do cliente, como centro da atividade e da gestão da Vimágua.

Saúde pública ⇒ Contribuição para a promoção da saúde pública.

Ambiente ⇒ Respeito e salvaguarda dos valores de ordem ambiental.

Transparência ⇒ Transparência, na relação com clientes, colaboradores, sócios e demais entidades.

Rigor ⇒ Rigor como regra geral de adequação e base de decisão.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade e Segurança, obtida em 2006, é um indicador objetivo da preocupação da Vimágua em gerir um serviço público essencial, pautando-se por rigorosos critérios de qualidade e sustentabilidade.

Desta feita é importante que uma entidade de acreditação tenha reconhecido o mérito do sistema de gestão da Vimágua, resultando num acréscimo de confiança no produto e serviços da empresa.

No que à gestão da qualidade concerne, a satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes é um fator determinante na nossa atuação como prestadores de um serviço público e um princípio fundamental do Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido e implementado.

Realizou-se, em 2012, a auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão Qualidade e Segurança pelo organismo certificador, não tendo sido detetada nenhuma não conformidade.

Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas atividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde.



No âmbito da promoção da saúde foi assinado um do protocolo com o Rotary Club de Guimarães a 6 de Dezembro de 2012, sobre o Programa "Desfibrilhador Automático Externo - DAE", tendo sido ministrada formação adequada a um conjunto de trabalhadores.



O desempenho ambiental da Vimágua encontra-se fortemente relacionado com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

A Implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) foi consolidada com a realização de uma Auditoria Interna ocorrida em Janeiro de 2013.

Os procedimentos de gestão, bem como outros modos de controlo dos aspetos com impactes ambientais avaliados como significativos, encontram-se sistematizados e interiorizados pela generalidade da organização, pelo que se considera que este facto também tem vindo a contribuir para a melhoria do desempenho ambiental.

Procedeu-se à realização de algumas inspeções ambientais, sobretudo em empreitadas, por forma a sensibilizar e envolver, todos quanto se relacionam com Vimágua, ainda que não diretamente, como é o caso das subcontratações, para a necessidade de atender às questões ambientais, de acordo com as atuais exigências legais.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a VIMÁGUA planeou e realizou alguns simulacros. Verificou-se que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar, tendo-se porém detetado a possibilidade de efetuar algumas melhorias.

A Vimágua pretende, durante o ano de 2013, obter a certificação ambiental, segunda a norma NP EN 14 001, significando tal aposta o compromisso da gestão na Qualidade de Serviço ao Cliente, preservando o Ambiente e a Segurança.

Comunicação e Educação

A política de comunicação da Vimágua assenta em dois vértices, Educação e Responsabilidade Social.

Na área da educação a Vimágua mantém a aposta no relacionamento com a comunidade escolar, tendo como principal centro dinamizador o Centro de Aprendizagem sobre Água, situado na Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins.

Assim, durante o ano de 2012, o Centro de Aprendizagem sobre Água recebeu a visita de várias escolas, nomeadamente, as pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vizela e, também, a EB 2,3 das Taipas, EB 2,3 de S. Torcato e EB1/Jardim de Infância de Brito.

Em maio de 2012 foi celebrado um protocolo entre a Vimágua e a Escola EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso, para o desenvolvimento de um projeto intitulado “Rio Ave com Vida”, tendo-se desenvolvido durante os meses de maio e junho as seguintes atividades:

- I. Recolha e análise de água do Rio Ave
- II. Desenvolvimento de trabalho de campo por parte dos alunos e professores orientadores do projeto na Estação de Tratamento de Água das Taipas
- III. Apresentação do trabalho final e publicação das metodologias e resultados obtidos.

No âmbito da Responsabilidade Social, a Vimágua procura transmitir à comunidade os valores que norteiam a sua atividade, designadamente, a promoção da Saúde Pública, através do consumo de uma água salubre e limpa e de uma adequada rejeição das águas residuais urbanas; Ambiente, fomentando o respeito e salvaguarda pelo meio ambiente, em particular, a proteção das linhas de água.

Neste seguimento, são aproveitadas as datas simbólicas para promover ações junto da comunidade.

O dia 22 de março de 2012, Dia Mundial da Água, subordinado ao tema Água e Segurança Alimentar, foi assinalado com a visita às seguintes escolas:

- I. Escola Básica e Secundária de Vizela - Infias
- II. Escola Secundária de Caldas das Taipas

Para além das palestras foi dinamizada uma oficina de experiências com água, com o objetivo de dar a conhecer à comunidade escolar de que água somos feitos.

Desta feita, foi lançado o repto à comunidade para que se organizasse e refletisse sobre um recurso tão importante para a vida, como é a água, encontrando formas de o preservar e de garantir uma gestão sustentável do mesmo.



Foi, também, e seguindo os princípios acima enunciados, assinalado o Dia Nacional da Água, a 1 de outubro de 2012, com a promoção de uma reflexão que juntou individualidades ligadas à gestão da água para abastecimento público, ao Direito e à Saúde Pública.



Durante uma semana foram discutidas na comunicação social as problemáticas associadas à gestão da água em Guimarães, embora com diferentes perspetivas, refletindo e partilhando com a comunidade o modo como estão a ser encaradas questões como a disponibilidade da água, o custo, as formas de captação e tratamento e a qualidade da água da rede pública.

“A cooperação pela água tem múltiplas dimensões, incluindo aspetos culturais, educacionais, científicos, religiosos, éticos, sociais, políticos, jurídicos, institucionais e económicos”, pelo que qualquer abordagem a esta temática teria que ser forçosamente multidisciplinar e é assim que encaramos o serviço público de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas.

A Vimágua, à semelhança do que vem sucedendo nos anos transatos, continua apostada em favorecer e aprofundar a parceria com a Unidade de Saúde Pública de Guimarães/Vizela, com já muitos anos de maturação, e que se tem revelado muito frutuosa pela convergência de interesses que norteiam a atividade de ambas as entidades.

Neste seguimento, em 2012, deu-se continuidade à campanha “Ligue à rede pública, proteja a sua saúde”, em parceria com a Unidade de Saúde Pública de Guimarães/Vizela, como forma de favorecer a ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.

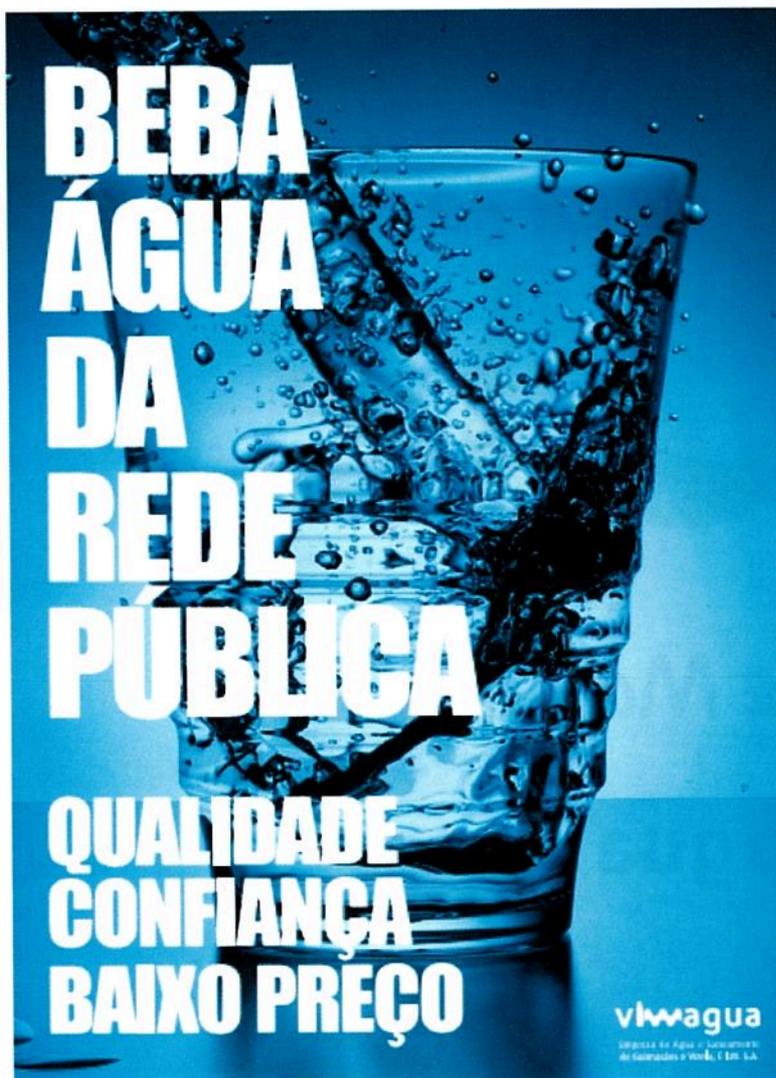


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and a smaller one below it.

22 de Março 2012

vivagua





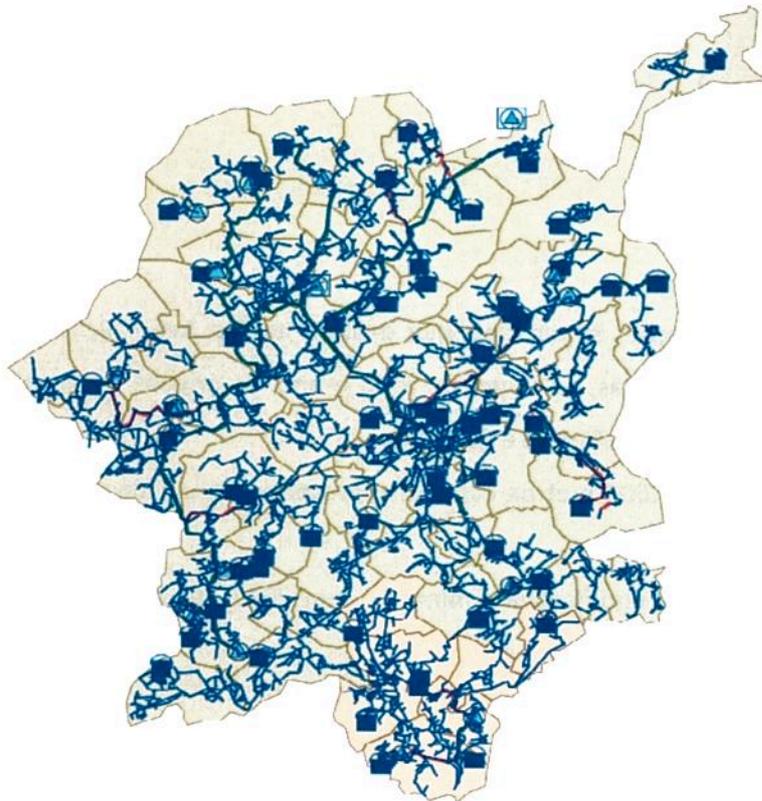
Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - **captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e drenagem e tratamento de águas residuais** - foi orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

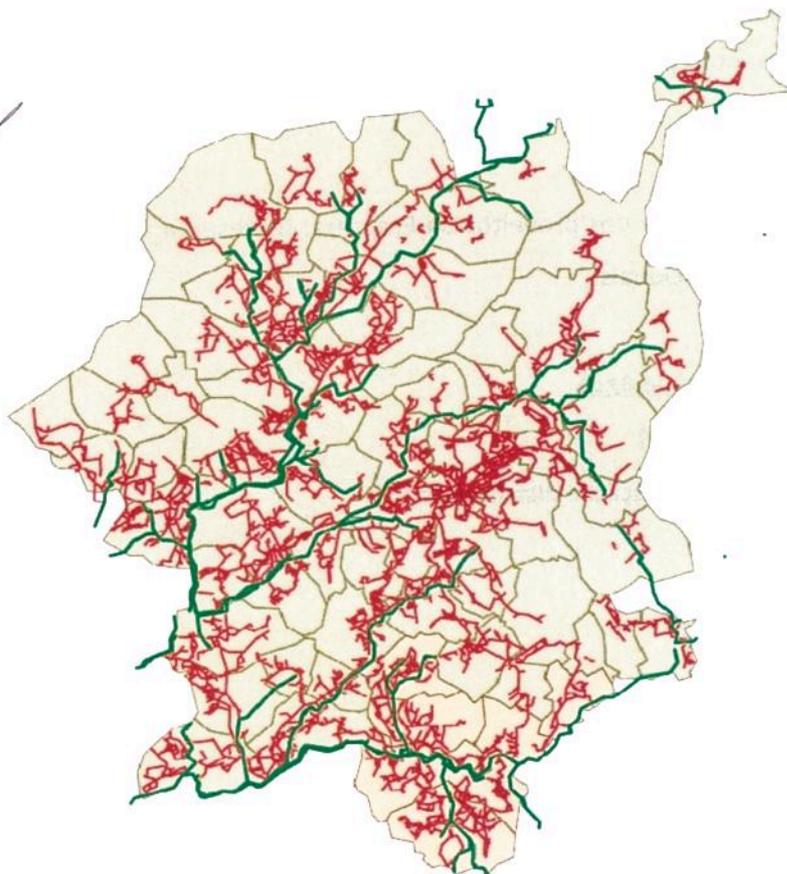
Infraestruturas do sistema de abastecimento de água

- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1360 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 62 Reservatórios
- 18 Estações elevatórias
- 12 Hidropressores
- 7 Postos de rechloragem



Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais

- 787 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 43 Estações elevatórias



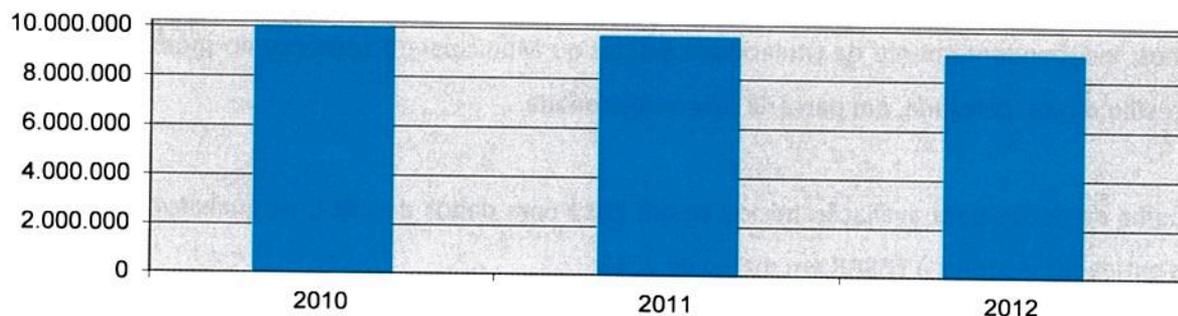
Produção e Distribuição de Água

A Vimágua utilizou, em 2012, as duas captações superficiais que explora no Rio Ave – Prazins Sta. Eufémia e Gondomar. Foram, também, exploradas, ao longo de todo o ano, as origens de água das nascentes das Minas da Penha, Rocha, Senhoras do Monte e Castelões.

O volume total de água captada foi de 9.057.606 metros cúbicos, representando um decréscimo de 6,5%, quando comparado com o ano de 2011.

Este decréscimo justifica-se, desde logo, pela significativa diminuição, em 2012, do volume de água faturada.

Volume de água captada

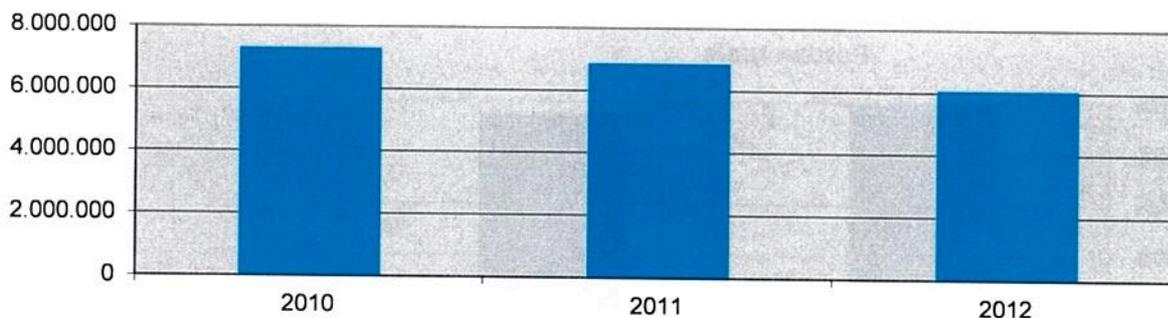


O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.049.207 metros cúbicos, o que representa um decréscimo de cerca de 12%, relativamente ao ano anterior.

Parte deste decréscimo é justificada pela introdução da nova estrutura tarifária, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2012 e que implicou a introdução de um ciclo de faturação extraordinário a todos os clientes em 31 de dezembro de 2011, precisamente para possibilitar a aplicação da nova estrutura tarifária a 1 de janeiro de 2012, o que determinou um decréscimo de volume de água faturada em 2012 que se estima em cerca de 270.000 metros cúbicos.

Subtraído este valor, continuamos a registar um decréscimo de consumo de cerca de 50.000 metros cúbicos mensais, que se poderá justificar pela adoção de medidas de poupança nas famílias, pelo decréscimo da atividade económica e pelas favoráveis condições climatéricas de que beneficiaram os utilizadores com captações próprias.

Volume de água faturada



No âmbito das competências de regulação, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR - publicou o "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos

utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação”, que abrange o universo de todas as entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, independentemente da titularidade Estatal ou Municipal do serviço e do modelo de gestão - por gestão direta, delegada, em parceria ou concessionada.

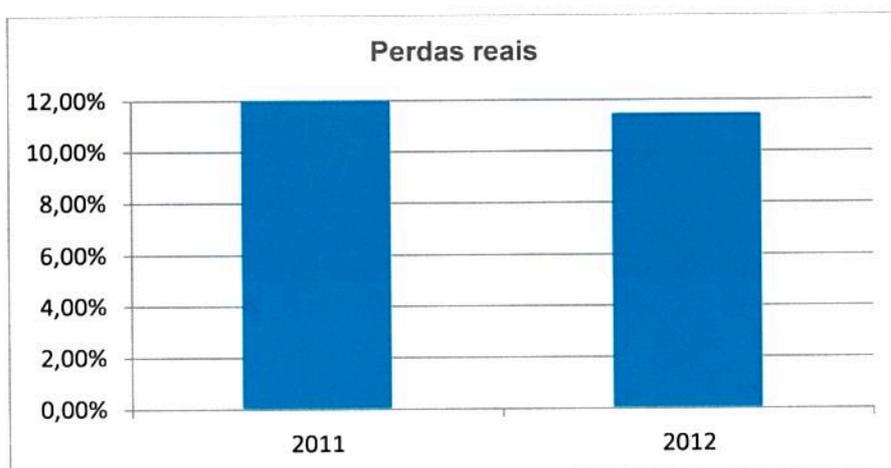
A recolha de dados para avaliação iniciou-se em 2012 com dados de 2011, os quais foram reportados pelas entidades gestoras à ERSAR em março de 2012.

Com a divulgação deste novo mecanismo foi determinado e normalizado o cálculo de um conjunto de indicadores destacando-se, neste capítulo, a introdução do cálculo do balanço hídrico, o qual constitui um passo indispensável para a avaliação de perdas reais.

A ERSAR estabeleceu regras quanto à forma de cálculo e à terminologia recomendada para o cálculo do balanço hídrico, definindo, desde logo, perdas de água como a diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado.

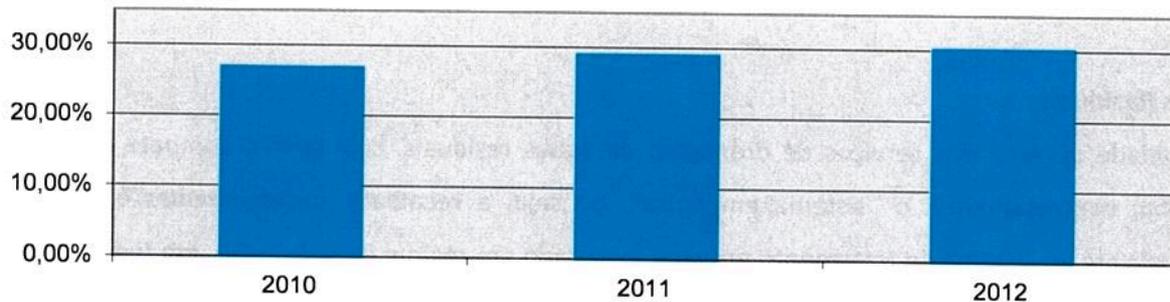
As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida, e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

O valor percentual das perdas reais nos anos de 2011 e 2012, de acordo com as regras fixada pela ERSAR para o Balanço Hídrico, foi de 12,35% e 11,47%, respetivamente:



A ERSAR considera, ainda, o indicador de água não faturada, o qual é calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado.

Água não faturada



Contribuíram para o acréscimo de água não faturada os gastos de água provenientes das operações de descargas e lavagens nas condutas, adutoras e reservatórios na sequência de problemas pontuais com a qualidade da água captada, nomeadamente a elevada turvação. A par destas operações, contribuiu para o volume de água não faturada os testes realizados na Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins, através de instalações piloto, tendo em vista a seleção da tecnologia de tratamento mais eficaz para o tratamento da água captada no rio Ave.

Qualidade da água

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes: Controlo Legal – Programa de amostragem e de análise, realizado em cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, devidamente aprovado pelo ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Controlo Operacional – Plano interno de controlo operacional, tem por objetivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento, permitindo detetar atempadamente possíveis anomalias, possibilitando a adoção de medidas preventivas eficazes.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2012, registámos **99,92%** de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei,

o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de **boa qualidade**, uma água segura, de acordo com o *Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço* da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano de 2012, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 3.055 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

Águas Residuais

A atividade na área dos serviços de drenagem de águas residuais, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

São, também, geridas pela Vimágua redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas situadas, quase exclusivamente, em loteamentos.

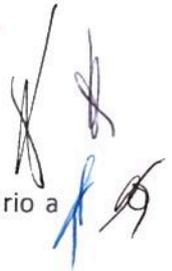
Também nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.



Nova estrutura tarifária

Foi aprovado, em final de 2011, pela Vimágua e pelos Municípios de Guimarães e Vizela o tarifário a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2012.

O tarifário praticado em 2012 apresenta uma nova estrutura resultante da aplicação das Recomendações Tarifárias da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR):



- **Recomendação IRAR n.º 01/2009** – “Recomendação Tarifária”;
- **Recomendação ERSAR n.º 02/2010** – “Critérios de Cálculo”.

As alterações introduzidas na estrutura tarifária praticada pela Vimágua foram as seguintes:

- 1) **Tipologia de utilizadores** – as tarifas do serviço de abastecimento de água e do serviço de saneamento passaram a ser diferenciadas, consoante os tipos de utilizadores finais conforme previsto no ponto 3.1.2 da Recomendação IRAR n.º 01/2009: **Utilizadores domésticos e Utilizadores não domésticos**.
- 2) As tipologias não domésticas consideradas no anterior regulamento e respetiva estrutura tarifária passaram a ser consideradas como Utilizadores não domésticos.
- 3) As tarifas a aplicar a instituições particulares de solidariedade social, organizações não governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, nos termos dos parágrafos 3 e 4 do ponto 3.1.3 da Recomendação IRAR n.º 01/2009, passaram a ser idênticas às dos utilizadores domésticos.
- 4) **Tarifário do serviço de abastecimento de água:**
 - A tarifa fixa foi diferenciada de forma progressiva em função do diâmetro nominal do contador instalado, nos termos da Recomendação IRAR n.º 01/2009.
 - A tarifa variável dos utilizadores domésticos foi diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo expressos em m³ de água por cada 30 dias, nos termos da Recomendação IRAR n.º 01/2009, o que implicou uma redução de cinco para quatro escalões, passando a ser faturados nos dois primeiros escalões 15 m³, quando no tarifário anterior eram apenas faturados 10 m³.
 - A tarifa variável dos utilizadores não domésticos passou a ser igual ao valor do 3.º escalão da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos, nos termos da Recomendação IRAR n.º 01/2009.
- 5) **Tarifário do serviço de saneamento:**
 - As tarifas do serviço de saneamento, aplicadas em 2012, deixam de fazer a diferenciação, introduzida em 1999, entre os serviços de drenagem e os serviços de tratamento. A

realidade que justificou, então, essa diferenciação alterou-se, não existindo, atualmente, a disponibilização de redes de drenagem sem que o respetivo destino de tratamento esteja assegurado.

- Nos termos do ponto 3.3.1.3 da Recomendação IRAR n.º 01/2009, passou a considerar-se que o volume de águas residuais recolhidas corresponde ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha, no valor de 0,9, ao volume de água consumido.

Das alterações introduzidas destacam-se, ainda, a eliminação da cobrança de encargos de contratação e a redução do valor dos encargos de corte. Assim e em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do ponto 3.2.1.1 da Recomendação IRAR n.º 01/2009, foi suprimido do tarifário o item “encargos de contratação”, deixando estes valores que respeitam aos serviços de disponibilização e instalação de contador de ser faturados de forma individualizada.

Atendendo por um lado ao resultado da nossa experiência no contacto diário com os nossos clientes e por outro considerando as crescentes dificuldades económicas com que as famílias se debatem, fruto das circunstâncias que o país atravessa, foi aprovada uma redução substancial dos encargos de corte que se refletiu da seguinte forma:

- Encargos de processo de corte, sem deslocação: de €20,00 para €12,00
- Encargos de processo de corte, com deslocação: de €71,74 para €40,00

Foram estabelecidos fatores de cálculo de tarifas, conforme preconizado nas recomendações tarifárias da entidade reguladora, que determinaram uma diferente repartição de proveitos, entre os serviços de água e saneamento e entre tarifas fixas e variáveis, com impacto nos rendimentos do exercício económico de 2012.

A aplicação do tarifário aprovado para 2012 representou globalmente um aumento de 2% e representou para a generalidade das famílias (consumidores do tipo doméstico) uma redução efetiva do preço mensal a pagar pelos serviços de água e saneamento.

A Administração da Vimágua procurou cumprir cabalmente todas as disposições das Recomendações IRAR/ERSAR em matéria tarifária, todavia, há um aspeto, no modelo preconizado pela ERSAR, que, atenta a realidade dos Municípios de Guimarães e Vizela, entendemos ser de maior prudência e justiça não seguir.

Assim, por forma a garantir o princípio de justiça e equidade na repercussão dos custos do serviço, entende a Administração da Vimágua e os Municípios acionistas e entidades titulares dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, que devemos manter o modo de repercussão em prática no que concerne à cobrança de ramais, ou seja, de forma individualizada.

Sucedo que a opção de repercussão por forma difusa como mais um encargo a recuperar através das tarifas a aplicar mensalmente aos utilizadores do serviço, significaria, no contexto atual, onerar todos aqueles que pagaram ramais de ligação de forma individualizada, quando estamos em fim de ciclo no que respeita a expansão de redes.

Pelo exposto, tem sido entendimento da Administração da Vimágua que a cobrança individualizada desses valores deve ser mantida.

Cientes em números

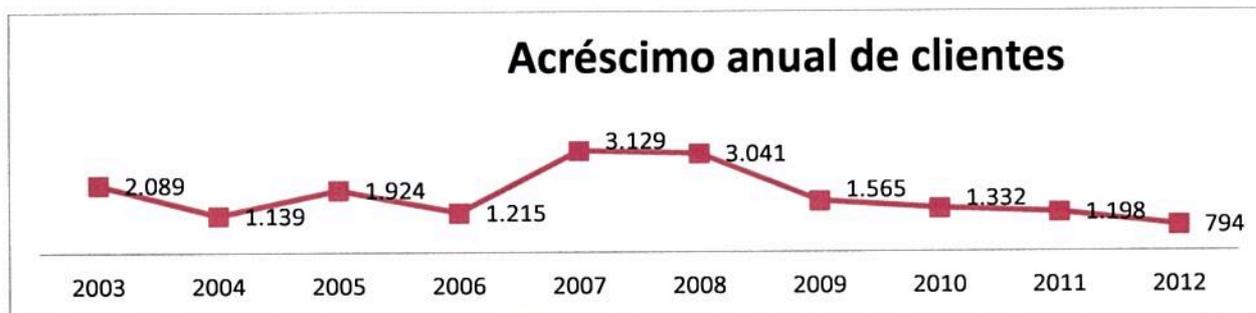
No final de 2012 o número total de clientes da Vimágua era de 61.070, mais 1,32% que no ano anterior.

Tipo de cliente	2002	2010	2011	2012
Doméstico	37.138	51.460	52.651	52.594
Não Doméstico	6.506	7.618	7.625	8.476
Total	43.644	59.078	60.276	61.070

Importa referir que, resultado da aplicação da Recomendação Tarifária da ERSAR, foram alterados os critérios de classificação de clientes, destacando-se, em particular, os contratos destinados à prestação de serviços a condomínios habitacionais que eram considerados na tipologia de domésticos e que passam, agora a ser considerados como não doméstico. Esta alteração justifica a diminuição de clientes registada na tipologia de domésticos. Em final de 2012 os contratos de prestação de serviços a condomínios totalizavam 1.083, que no quadro acima englobamos, em 2012, na tipologia de não doméstico.

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 17.426 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de cerca de 40% e uma taxa média de crescimento anual de 4 %.

Acréscimo anual de clientes



No triénio 2010-2012 a Vimágua regista um acréscimo de 3.324 clientes, percebendo-se que após o pico de crescimento nos anos de 2007 e 2008, abrandou o ritmo de crescimento, o que se justifica pelo ciclo de forte esforço de investimento em expansão de redes, que conduziu aos níveis de cobertura acima dos fixados pelo PEASAR em vigor, refletido em forte crescimento de clientes que, agora tende a estabilizar.

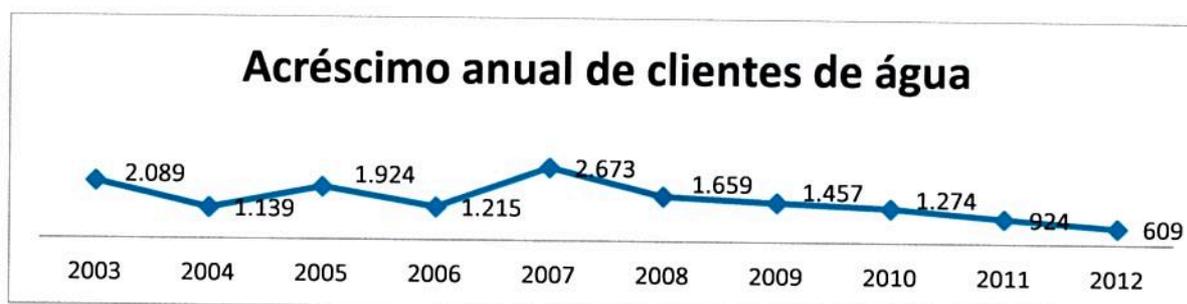
O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2012, era de 58.607 representando uma taxa de crescimento anual de 1%.

Tipo de cliente	2002	2010	2011	2012
Doméstico	37.138	49.516	50.434	50.204
Não Doméstico	6.506	7.558	7.564	8.403
Total	43.644	57.074	57.998	58.607

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 609 clientes, comparativamente com o final de 2011. Uma vez mais salienta-se o facto de os contratos de condomínio terem, em 2012, passado do grupo de clientes doméstico para não doméstico.

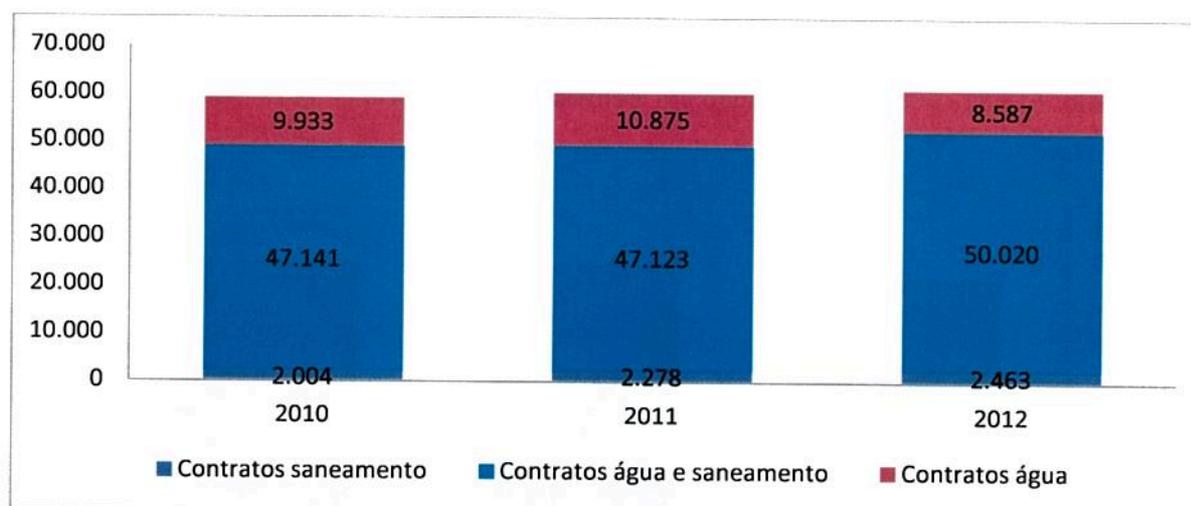
Da análise da evolução de clientes, concluímos que o maior acréscimo é registado nos clientes familiares continuando a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 14.963 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento acima dos 34% e uma taxa de crescimento anual média de 3,43%.

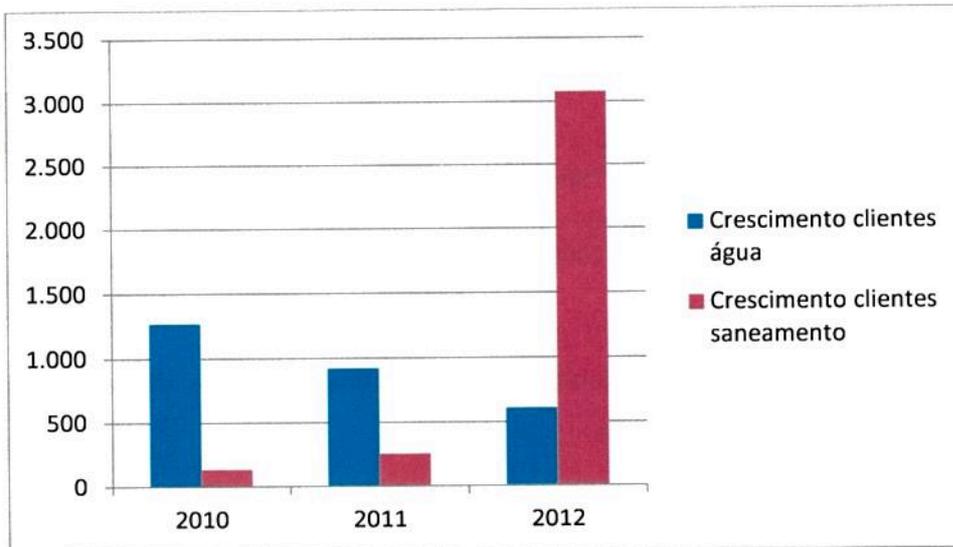


Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: contratos de saneamento; contratos de água e saneamento e contratos de água.

Tipo de contratos	2010	2011	2012
Contratos saneamento	2.004	2.278	2.463
Contratos água e saneamento	47.141	47.123	50.020
Contratos água	9.933	10.875	8.587
Total	59.078	60.276	61.070

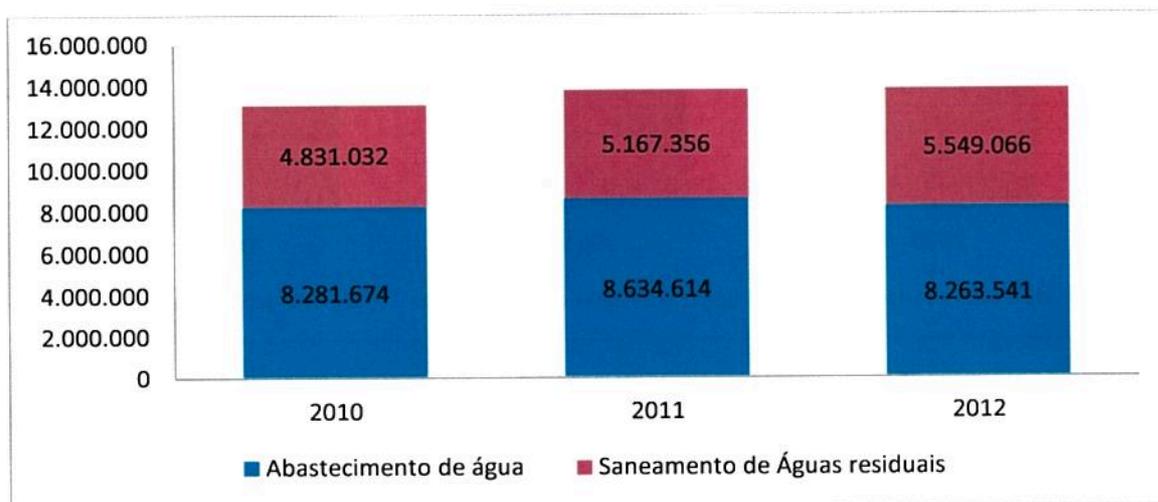


Realça-se o decréscimo dos contratos só de água resultante do aumento do número de contratos de saneamento. Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+3.082) foi muito superior ao crescimento de clientes de água (+609).



Estes resultados evidenciam por um lado o forte investimento em redes de saneamento e por outro o trabalho de fiscalização e controlo das ligações ao saneamento por parte dos clientes de água.

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimáguia, totalizou no exercício de 2012 o valor €13.812.608, representando um idêntico ao do exercício de 2012 (+0,08%).



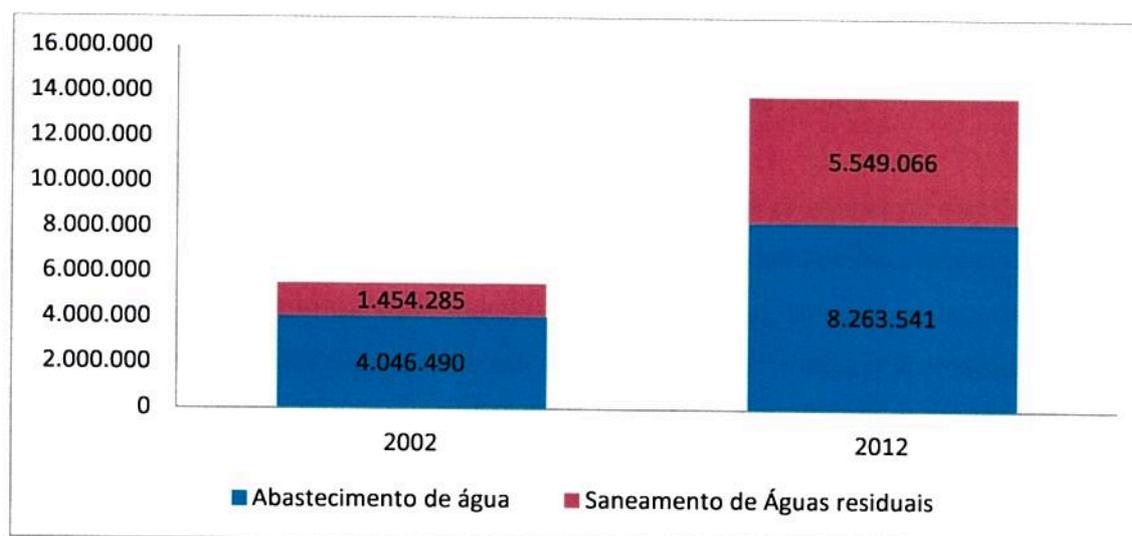
Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificamos que registamos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No entanto, no que às tarifas variáveis respeita registaram-se decréscimos comparativamente com o ano anterior, com impacto nos rendimentos do exercício, em resultado do significativo decréscimo de volume de água faturada.

Importa realçar que parte do decréscimo de volume de água faturado, com consequente diminuição dos proveitos de tarifas variáveis, é resultado da faturação extraordinária de todos os clientes a 31 de dezembro de 2011 para possibilitar a transição em 1 de janeiro de 2012 para a nova estrutura tarifária. Tal facto, por si só, determinou um decréscimo de volume de água a faturar em 2012, que estimamos em cerca de 270.000 metros cúbicos. A este fator acresceu um decréscimo de consumo por parte dos clientes de cerca de 50.000 metros cúbicos mensais, provavelmente em resultado da necessidade de poupança a par das condições climatéricas.

Atividade	Valor (€)			Variação 12/11
	2010	2011	2012	
Abastecimento de água	8.281.674	8.634.614	8.263.541	
- Tarifa Variável	6.320.161	6.475.167	5.534.401	-14,53%
- Tarifa Fixa	1.961.513	2.159.447	2.729.140	26,38%
Saneamento de Águas residuais	4.831.032	5.167.356	5.549.066	
- Tarifa Variável	3.769.421	3.964.754	3.889.861	-1,89%
- Tarifa Fixa	1.061.611	1.202.602	1.291.538	7,40%
- Contrato autónomo			367.668	-nd-
TOTAL	13.112.706	13.801.969	13.812.608	0,08%

O acréscimo de faturação em tarifas fixas é, ainda, resultado de adoção em 2012 das regras de cálculo tarifário constantes das recomendações da ERSAR com o reforço do peso da componente fixa do tarifário comparativamente com a componente variável.

Desde o início de atividade da Vimágua, em Fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços duplicou como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e de rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela.





Investimento

Desde o seu início de atividade e até final de 2012 a Vimágua investiu 70,3M€.

Nos termos do Contrato de Gestão celebrado entre a Vimágua e os Municípios de Guimarães e Vizela e em cumprimento do contrato de financiamento em regime de *Project Finance* em vigor, foi elaborado e aprovado em 2012 o Plano Plurianual de Investimentos para o próximo período quinquenal (2013-2017), prevendo-se neste plano um investimento global, a preços de 2012, de 25,1M€.

A estratégia de investimento da Vimágua tem como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais:

- 1 – *A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*
- 2 – *A Sustentabilidade do Setor; e*
- 3 – *A Proteção dos Valores Ambientais.*

Em 2012 foram realizados investimentos no montante global de €3.076.085.

Foram efetuados investimentos em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura em redes de água para valores próximos dos 100% e em redes de saneamento superiores a 95%, que em 2012 importaram em cerca de 1,9M€.

No atinente à Continuidade e à Qualidade do serviço foram concretizados investimentos no sistema de abastecimento de água em alta, com destaque para o projeto de ampliação e remodelação da ETA de Sta. Eufémia de Prazins, e os investimentos em substituição de redes que terão continuidade e reforço no período 2013-2017. Neste capítulo investimos cerca de 0,7M€.

Realça-se, ainda, o forte investimento em projetos de execução para concretização do plano futuro de investimentos em expansão, remodelação e substituição de redes e outros equipamentos dos sistemas públicos, que ascendeu a cerca de 0,4M€ e, pela sua importância estratégica do ponto de vista ambiental, o investimento já realizado no novo Parque de Resíduos no valor de cerca de 71.000 euros.

A execução do Plano de Investimentos face à previsão aprovada em 2011 foi de 45%, importando realçar que a projeção de investimentos para 2012 foi reajustada para 3.600.762 euros aquando da elaboração do PPI 2013-2017, fruto da maturação dos projetos, nomeadamente da estratégia de

investimento na ETA, e da revisão do contrato de financiamento da Vimágua com antecipação para 2013 do fim do período de carência de capital inicialmente previsto para 2015.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2010-2013					
CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2012	Execução 2012	Desvio	
				Valor	%
1	Sistema de abastecimento de água em alta				
1.3	Nova Elevatória para o Reservatório do Monte Cavalinho - 2.ª Fase				
1.4	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo				
1.5	Substituição do equipamento electromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)	31.434			
1.6	Novo Reservatório na Costa	152.100	21.580	-130.520	-86%
1.8	Conduta distribuidora Pégada - Ponte	126.750		-126.750	-100%
1.11	Reforço de abastecimento de Água (alta) – Reservatório Monte Largo				
1.12	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio				
1.13	Ampliação da ETA de Prazins	760.500	479.088	-281.412	-37%
1.14	Ampliação da ETA de Gondomar	15.210		-15.210	-100%
1.15	Reparações de Reservatórios / E. Elevatórias	152.100	6.983	-145.117	-95%
1.16	Substituição de equipamento electromecânico	50.700	25.741	-24.959	-49%
1.17	Outras obras de reforço de Abastecimento de Água (alta)	152.100	5.394	-146.706	-96%
2	Redes de água e saneamento				
2.1	Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento	253.500	184.451	-69.049	-27%
2.2	Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento	253.500	319.956	66.456	26%
2.3	Ligação de redes de saneamento ao sistema multimunicipal de saneamento	40.560	76.268	35.708	88%
2.4	Extensão de redes nas freguesias (abastecimento de Água - 95%-100%)	202.800	166.760	-36.040	-18%
2.5	Extensão de redes nas freguesias (saneamento - 80%-95%)	1.806.188	1.123.584	-682.603	-38%
2.6	Substituição de redes (abastecimento de água)	557.700	104.518	-453.182	-81%
2.7	Substituição de redes (saneamento)	278.850	9.079	-269.771	-97%
2.8	Optimização do sistema de drenagem de águas residuais - 1.ª frente de despoluição da Ribeira de Couros				
3	Investimentos diversos				
3.1	Projectos de infra-estruturas	202.800	332.921	130.121	64%
3.2	Cadastro	20.280			
3.3	Terrenos	38.025		-38.025	-100%
3.4	Máquinas / Viaturas	202.800	23.234	-179.566	-89%
3.5	Equipamentos vários (Exploração)	126.750	60.461	-66.289	-52%
3.6	Telegestão	126.750	22.105	-104.645	-83%
3.7	Novo Armazém para materiais de grande porte				
3.8	Equipamento Informático e Software	20.280	65.595	45.315	223%
3.9	Estudos e Projectos	5.070	31.850	26.780	528%
3.10	Equipamento administrativo	15.210	16.518	1.308	9%
TOTAIS		5.591.957	3.076.085	-2.515.872	-45%

Recursos Humanos

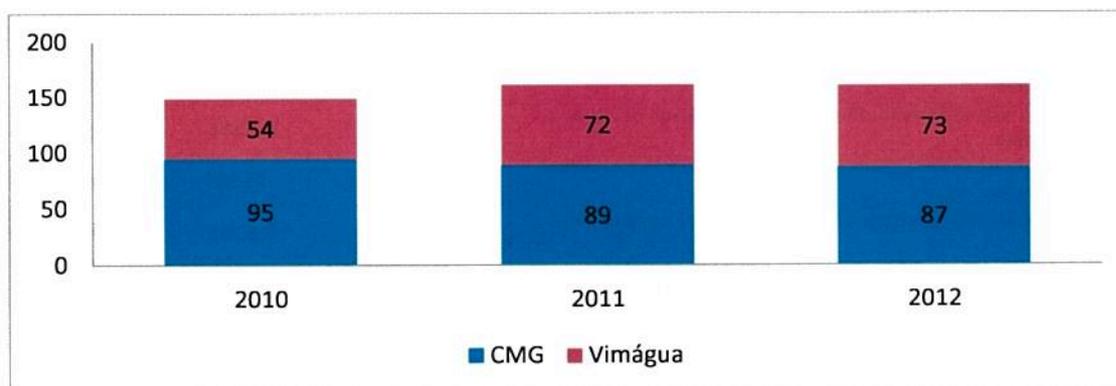
A política e gestão dos recursos humanos da VIMÁGUA desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Evolução

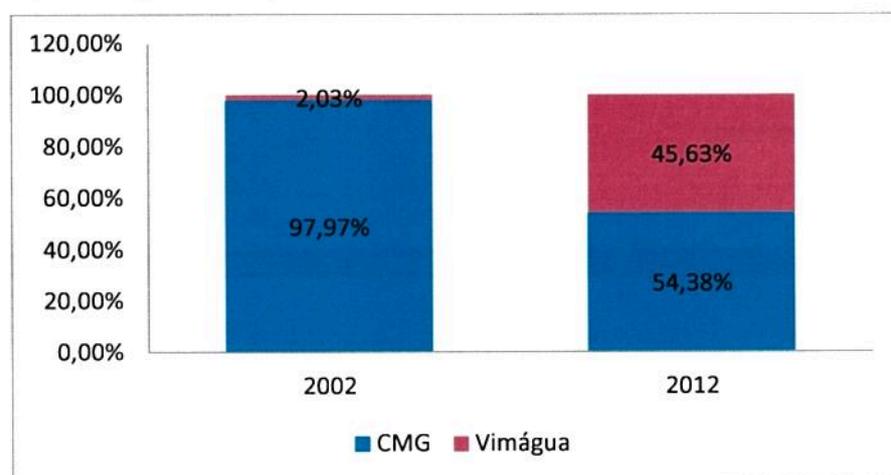
Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Vimágua contava com 160 colaboradores.

O quadro de efetivos da Vimágua é composto por funcionários requisitados dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e funcionários entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



A percentagem de requisitados fixou-se em cerca de 46% no final de 2012.



Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2012, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A evolução da situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2012, é positiva, reforçando e consolidando o resultado das medidas de viabilização adotadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2012 com um resultado líquido de 998.809 euros, ligeiramente inferior ao resultado do exercício económico de 2011.

Os rendimentos operacionais registaram um decréscimo de 229.733 euros (-1,6%) face aos registados durante o ano 2011, resultado do já referido decréscimo de consumos e diferente período de cálculo de consumos resultante do ciclo de faturação extraordinário em final de 2011.

Rendimentos operacionais

euros	2010	2011	2012	Δ% 12/11
Vendas e prestações de serviços	14.535.457	15.129.437	14.874.934	-1,68%
Venda de água	6.320.161	6.475.167	5.534.401	-14,53%
Venda material		6.209	21.400	244,67%
Prestações de serviços - saneamento	5.790.347	6.067.755	6.361.075	4,83%
Prestações de serviços - água	2.288.279	2.466.399	2.848.126	15,48%
Outros serviços	136.670	113.907	109.932	-3,49%
Outros rendimentos e ganhos	1.595.526	1.728.558	1.753.328	1,43%
Rendimentos operacionais	16.130.983	16.857.995	16.628.262	-1,36%

Os gastos operacionais, em termos globais, mantiveram-se estáveis apenas registando um ligeiro decréscimo de 14.567.689 euros para 14.527.648 euros (-0,27%). Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, a redução do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios, a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2012 a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi 1.595.778 euros.

Realça-se o decréscimo dos gastos com pessoal (-372.763 euros ou -14,08%), resultado do não crescimento de efetivos a par das reduções remuneratórias determinadas para a administração pública e setor empresarial do estado e das autarquias.

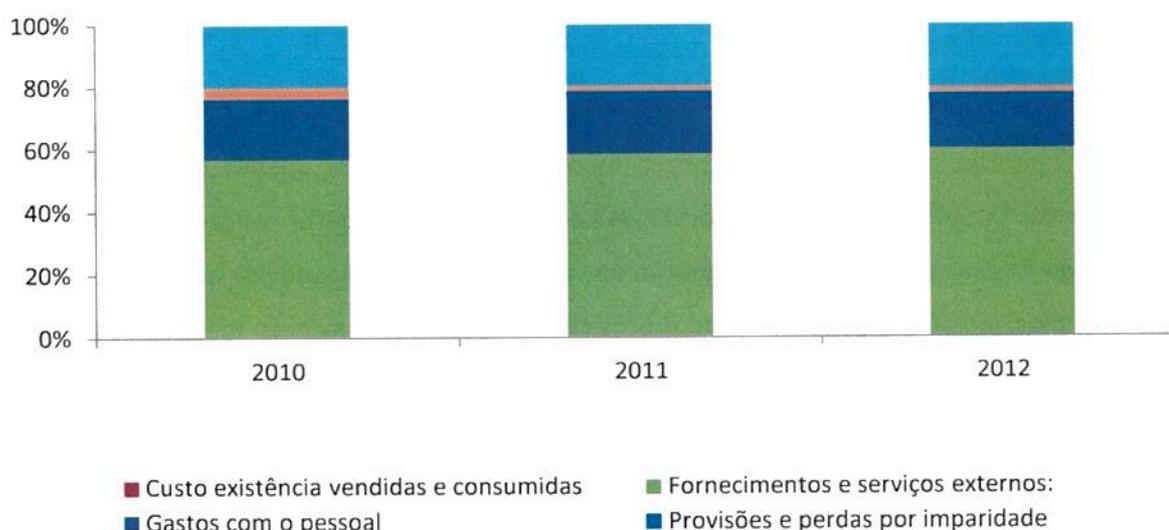
Também de registrar a subida dos gastos relativos a provisões e perdas por imparidade (+44.556 euros ou +17,45%), das amortizações e depreciações (+101.696 ou +3,50%) e outros fornecimentos e serviços externos (+192.689 euros ou +6,01%).

Gastos operacionais

euros	2010	2011	2012	Δ% 12/11
Custo existência vendidas e consumidas	48.411	38.274	35.823	-6,40%
Fornecimentos e serviços externos:	7.969.983	8.493.450	8.675.243	2,14%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	3.001.903	3.631.554	3.679.711	1,33%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	1.586.052	1.654.831	1.595.778	-3,57%
Outros fornecimentos e serviços externos	3.382.028	3.207.065	3.399.754	6,01%
Gastos com o pessoal	2.605.256	2.647.971	2.275.208	-14,08%
Provisões e perdas por imparidade	136.588	255.320	299.876	17,45%
Outros gastos operacionais	479.330	230.046	237.174	3,10%
Amortizações e depreciações	2.859.814	2.902.627	3.004.324	3,50%
Gastos operacionais	14.099.382	14.567.689	14.527.648	-0,27%

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 59,72% dos gastos operacionais, um acréscimo de cerca de 1,5% comparativamente ao exercício anterior, o que se deve essencialmente à diminuição do peso dos gastos com pessoal que passou de 18% para cerca de menos de 16%.

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais continuam a ganhar peso relativo na estrutura de gastos operacionais, passando de 21,29%, em 2010, para 25,33%, em 2012.



O resultado operacional do exercício económico de 2012 da Vimágua ascendeu a 2.100.615 euros, diminuindo 189.691 euros em relação ao exercício anterior, resultante do decréscimo do volume de negócios.

O resultado financeiro negativo resulta do pagamento dos encargos relativos ao financiamento do investimento, através do empréstimo de longo prazo, os quais totalizaram no exercício económico a que reporta o presente relatório 1. 278.547 euros, inferior ao valor registado no ano anterior.

O resultado líquido do exercício foi de 998.809 euros, tendo o EBITDA registado um decréscimo de 97.504 euros (-1,87%).

Resultado Líquido

euros	2010	2011	2012	Δ% 12/11
EBITDA	4.932.279	5.202.452	5.104.938	-1,87%
Amortizações e depreciações	2.859.814	2.902.627	3.004.324	3,50%
Resultados operacionais	2.031.601	2.290.306	2.100.615	-8,28%
Resultados antes de impostos	817.057	852.489	822.067	-3,57%
Imposto sobre o rendimento	-100.881	-174.153	-176.742	1,49%
Resultado líquido do exercício	917.938	1.026.642	998.809	-2,71%

Importa salientar, tal como em 2010 e 2011, o impacto ao nível do imposto sobre o rendimento do exercício resultante da adoção da Norma dos Impostos sobre o rendimento, cujo detalhe consta do anexo às Demonstrações Financeiras.

O *Cash flow* bruto totalizou 4.126.267 euros, mais 115.831 euros que o atingido no anterior (+2,89%), em resultado, essencialmente, do acréscimo das amortizações (+3,50%).

O autofinanciamento baixou de 242% para 128% devido ao maior volume de investimentos, significando que a Vimágua não esgotou os cash flows gerados.

Cash flow líquido e investimento

euros	2010	2011	2012	Δ% 12/11
Resultados antes de impostos	817.057	852.489	822.067	-3,57%
Amortizações e depreciações	2.859.814	2.902.627	3.004.324	3,50%
Varição das provisões e perdas por imparidade	136.588	255.320	299.876	17,45%
Cash flow bruto	3.813.459	4.010.436	4.126.267	2,89%
Imposto sobre o rendimento	-100.881	-174.153	-176.742	1,49%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	3.712.578	3.836.283	3.949.525	2,95%
Investimento	3.036.246	1.584.260	3.076.085	94,17%
Autofinanciamento	122%	242%	128%	-46,98%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2012 apresenta um ativo líquido de 59.732.764 euros, evidenciando um decréscimo de 5,94% face a 31 de Dezembro de 2011 em resultado da redução dos ativos fixos tangíveis devido ao crescimento de amortizações acumuladas.

Ao nível do ativo realça-se a redução das disponibilidades (-3.402.750 euros) devido ao aumento de investimento e pagamentos de dívidas relativas a contrapartida aos Municípios e ao serviço de tratamento de águas residuais à TRATAVE, neste caso relativo a valores cujo pagamento foi acordado com o contrato de cessão de posição contratual à Águas do Noroeste, S.A.

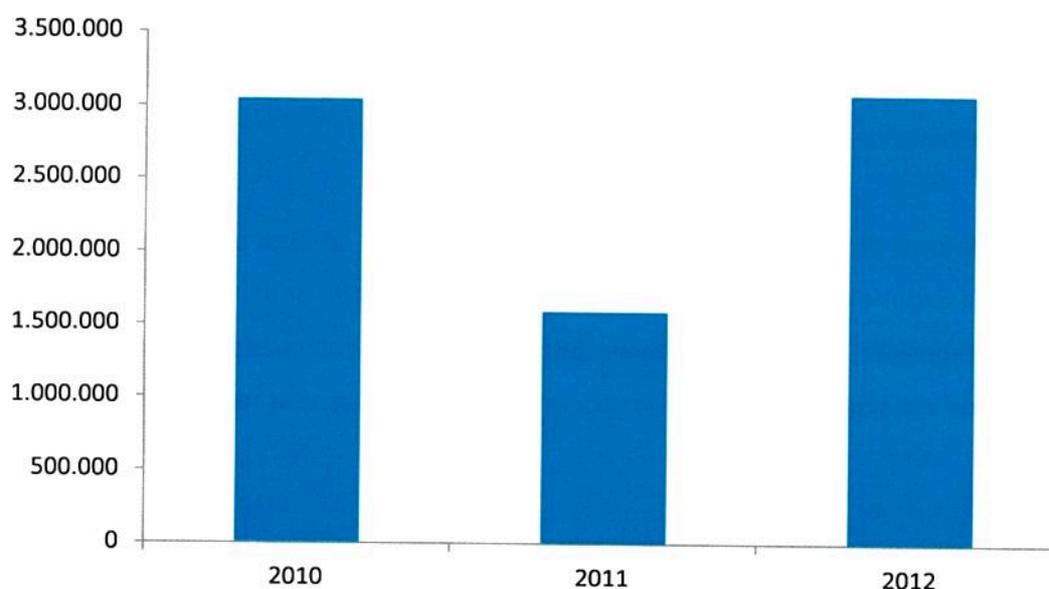
Tal como no exercício anterior, também em 2012 diminuimos o passivo relativo a financiamento obtido, através de pagamentos antecipados de capital (-1.697.088 euros).

Posição financeira

euros	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	Δ% 12/11
Ativo não corrente	51.318.501	50.137.972	49.822.452	-0,63%
Ativo corrente	11.050.811	13.365.914	9.910.312	-25,85%
Total do ativo	62.369.312	63.503.886	59.732.764	-5,94%
Capitais permanentes	55.761.423	55.680.296	51.695.410	-7,16%
Passivo corrente	6.607.888	7.823.590	8.157.835	4,27%
Total do passivo + capital próprio	62.369.311	63.503.886	59.853.245	-5,75%

O capital próprio da empresa diminuiu (-1.726.645 euros), em resultado, fundamentalmente, do aumento de resultados transitados negativos em resultado da relevação contabilística do contrato de cobertura de risco da taxa de juro (swap) existente com a Caixa Geral de Depósitos e não relevado nos exercícios anteriores.

O valor dos investimentos, em 2012, foi cerca do dobro do valor concretizado em 2011,



Os rácios económicos revelam uma situação positiva e mantendo-se no essencial idêntica ao ano anterior, com ligeiro decréscimo das margens EBITDA e EBIT em resultado do decréscimo do volume de negócios, ainda que ligeiro. Os financeiros refletem, nomeadamente no indicador de liquidez geral (-49,41%), o decréscimo de disponibilidades já referido, tendo um valor muito confortável a par do indicador de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

Rácios

Económicos	2010	2011	2012	Δ p.p. 12/11
Margem bruta/rendimentos operacionais	30,32%	30,80%	30,70%	-0,10
Resultado operacional/rendimentos operacionais	12,59%	13,59%	12,63%	-0,96
Resultado líquido/rendimentos operacionais	5,69%	6,09%	6,01%	-0,08
Resultado líquido/capital próprio	3,51%	3,86%	4,02%	-7,88

Financeiros	2010	2011	2012	Δ p.p. 11/10
Liquidez geral	167,24%	170,84%	121,48%	-49,41
Autonomia financeira	41,92%	41,88%	41,55%	-0,33
Solvabilidade	22,20%	22,27%	22,32%	0,05
Fundo de maneo	1,67	1,71	1,21	-0,50

Gestão dos riscos financeiros

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a Vimágua é diverso e envolve risco de taxas de juro, de crédito e de liquidez.



- Risco de mercado

Reveste-se de particular importância, no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro. O risco da taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento da Vimágua indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

A adequada gestão de risco de taxa de juro leva a que a Vimágua tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas. Assim, quando se considera ultrapassado o limite desejado de exposição ao risco de taxa de juro, são contratados swaps de taxa de juro que cubram a exposição da Vimágua ao risco e que atenuem a volatilidade dos seus resultados.

- Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas ou adversidades que afetem a economia a uma escala local ou nacional podem originar a incapacidade dos clientes da Vimágua para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas, estimadas pela Vimágua, estando portanto ao justo valor.

- Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Vimágua tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos com terceiros no prazo estipulado.

A Vimágua define como política ativa: manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento e minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo. Procura, ainda, compatibilizar os prazos de vencimentos de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

Perspetivas Futuras

O ano de 2012 ficou marcado pela concretização de projetos e metas que havíamos perspetivado, neste mesmo capítulo, subordinado ao exercício do ano de 2011.

Assim, foi concluído o projeto de execução para a remodelação da Estação de Tratamento de Água de St.ª Eufémia de Prazins, vindo a primeira fase dos trabalhos a ser concluída até setembro de 2013, com a instalação dos módulos de membranas de ultrafiltração, com a obra de chegada das diversas condutas elevatórias das captações, com o reservatório de regularização de bombagem, com a instalação de um sistema de pressurização, com a construção de um pavilhão onde serão alojados os equipamentos de ultrafiltração e com a construção de uma adutora.

A segunda fase prevê-se que seja iniciada em 2014, com a construção de dois novos reservatórios de armazenamento com cerca 3600m³ de capacidade e de novas instalações e equipamentos.

Esta é, sem dúvida, a obra de referência para o período de 2009-2013, que contribuirá de forma indelével para a melhoria do serviço público de abastecimento de água, sendo que o total de investimento da 1ª fase desta intervenção está fixado em 1,9 milhões de euros.

Durante o segundo trimestre de 2013 prevê-se a entrada em funcionamento do parque de gestão de resíduos, um outro projeto emblemático, que visa:

- I. A preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactes ambientais adversos sobre a saúde pública e ambiente, potencialmente associados ao desenvolvimento da atividade da Vimágua;
- II. Assegurar o cumprimento dos princípios gerais de gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) e as demais normas aplicáveis constantes no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de Março e no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro.
- III. Efetuar o armazenamento temporário de resíduos produzidos no âmbito da sua atividade, para posterior encaminhamento para operadores de gestão licenciados onde será efetuado o seu tratamento – valorização ou eliminação.
- IV. Contribuir para a preservação dos recursos naturais, quer ao nível da prevenção, quer através da reciclagem e valorização.
- V. Obtenção da certificação ambiental segunda a norma NP 14001.



No âmbito das competências de regulação, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR - publicou o “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação”, que abrange o universo de todas as entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, independentemente da titularidade Estatal ou Municipal do serviço e do modelo de gestão - por gestão direta, delegada, em parceria ou concessionada.

A recolha de dados para avaliação iniciou-se em 2012 com dados de 2011, os quais foram reportados pelas entidades gestoras à ERSAR em março de 2012.

Neste seguimento, em março de 2012 a Vimágua submeteu, através do Portal ERSAR, a informação necessária à avaliação da qualidade dos serviços de águas prestados aos utilizadores em 2011, conforme previsto no “Guia de Avaliação - 2.ª Geração do sistema de avaliação”.

Em 2013, teremos conhecimento do resultado dessa avaliação por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, no âmbito dos poderes de regulação que lhe estão legalmente consignados.

Apesar de ter havido uma ligeira diminuição do valor referente às perdas reais em 2012 (11,27%), quando comparado com o ano de 2011 (12,35%), é um objetivo de gestão da Vimágua ver este valor reduzido, pretendendo-se que o mesmo seja inferior a 10% do volume de água captado.

Para atingir esse objetivo, a Vimágua iniciou já trabalhos de monitorização, em contínuo, de caudais de distribuição em reservatórios, com vista a determinar quais os locais onde possam estar a ocorrer fugas de maior significado nas redes de distribuição.

Esse trabalho permitiu selecionar os primeiros locais para a instalação de zonas de medição e controlo (ZMC) que conduzirão à deteção preventiva das fugas e consequente eliminação.

A substituição de redes de distribuição de água obsoletas e com evidências de degradação, terá, obviamente, impacte no desempenho da empresa nesta matéria.

Também no que se refere ao combate às perdas aparentes, a Vimágua tem vindo a desenvolver trabalhos que irão contribuir para a sua redução. Com efeito, a Vimágua tem procedido a substituições de contadores e a ações de fiscalização para deteção e anulação de usos abusivos de água.

Neste capítulo, a Vimágua irá intensificar quer a substituição de contadores quer as referidas ações de fiscalização.

Com a adoção das medidas propostas, estima-se que o valor de 12,12% de perdas aparentes verificado em 2012 venha a reduzir-se para aproximadamente 6% do volume de água captado.

Neste contexto, pretende-se que o volume de água não faturada não ultrapasse os 25% do volume de água captado.

À semelhança dos anos transatos, mantemos e reforçamos a necessidade de encontrar formas para melhorar os níveis de adesão aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas, sendo esta uma condição indispensável à sustentabilidade do serviço e à sustentabilidade económico-financeira.

Por este motivo e não obstante a obrigatoriedade da ligação resultar expressamente do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto, iremos prosseguir e intensificar, no decorrer do ano de 2013, as campanhas de informação e sensibilização, aproveitando a parceria com a Unidade de Saúde Pública de Guimarães/Vizela.

Resultado da análise aos indicadores de gestão, iremos, durante o ano de 2013, atentar nas componentes de serviço, pugnando pela continuidade, qualidade e salvaguarda do meio ambiente.

A nossa prioridade será a excelência do serviço.

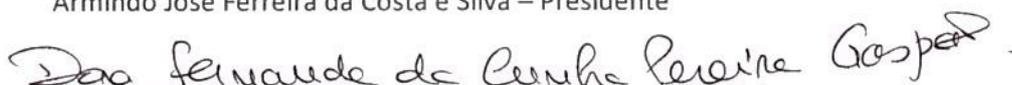
Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no montante de €998.809 (novecentos e noventa e oito mil novecentos e nove euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

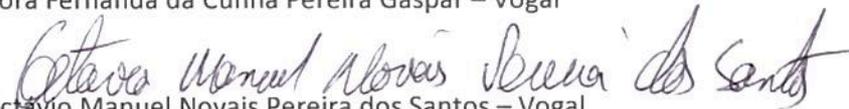


Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal

Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal



Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal



Considerações Finais

Congratulamo-nos com os resultados positivos alcançados, que evidenciam uma gestão vocacionada para a sustentabilidade em sentido lato, conceito tão premente no atual contexto socioeconómico.

Foram desenvolvidos projetos estratégicos para atingirmos níveis de excelência de serviço, como o são o projeto de remodelação e ampliação da ETA de St.ª Eufémia de Prazins, o Reservatório das Minas da Penha e o Parque de Gestão de Resíduos.

A nossa preocupação foi honrar o passado de um serviço centenário em Guimarães e Vizela e lançar as bases para um futuro sustentável.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH -Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao Aces do Ave, aos nossos utentes e às demais entidades que se relacionam com a Vimágua, manifestamos o nosso apreço pela profícua colaboração que mantiveram com a Vimágua e que muito contribuiu para a valorização do serviço público que gerimos.

Importa aqui inscrever uma nota em relação ao trabalho desenvolvido pelo Senhor Alberto Machado, Vogal do Conselho de Administração da Vimágua, desde o ano de 2009, que nos deixou, prematuramente, em 2012, ficando na memória de todos como uma pessoa de excecionais qualidades que pautou sempre a sua atividade como administrador pelo empenhamento, rigor, elevado sentido ético e dedicação à causa pública.

O Conselho de Administração

Armino José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal

Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal



Demonstrações financeiras

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2012.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	48.863.367	49.287.656
Ativos intangíveis	8	10.519	7.369
Ativos por impostos diferidos	18	1.069.047	842.948
		49.942.933	50.137.972
Ativo corrente			
Inventários	9	667.891	739.343
Clientes	11	2.210.301	2.235.658
Adiantamentos a fornecedores		25.672	26.553
Estado e outros entes públicos	12	428.317	438.128
Outras contas a receber	13	2.166.549	2.106.636
Diferimentos		87.665	92.928
Caixa e depósitos bancários	4	4.323.918	7.726.668
		9.910.312	13.365.914
Total do ativo		59.853.245	63.503.886
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados		-6.263.011	-5.776.128
Outras variações no capital próprio		17.392.888	18.604.817
Resultado líquido do período		998.809	1.026.642
Total do capital próprio	17	24.868.687	26.595.331
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		14.068	
Financiamentos obtidos	14	20.337.223	21.294.424
Fornecedores	15	528.845	2.147.027
Passivos por impostos diferidos	18	5.946.588	5.643.513
		26.826.724	29.084.965
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.392.158	1.529.324
Estado e outros entes públicos	12	196.022	214.821
Financiamentos obtidos	14	1.085.951	1.825.837
Outras contas a pagar	16	4.483.703	4.253.609
		8.157.835	7.823.590
Total do passivo		34.984.558	36.908.555
Total do capital próprio e do passivo		59.853.245	63.503.886

Dona Fernanda da Cunha Pereira Gaspar
 Catarina Manuel Alves Pereira do Santos

Erasmus

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	20	14.874.934	15.129.437
Trabalhos para a própria entidade	7	9.977	10.112
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-35.823	-38.274
Fornecimentos e serviços externos	21	-8.675.243	-8.493.450
Gastos com o pessoal	22	-2.275.208	-2.647.971
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-285.808	-255.320
Provisões (aumentos/reduções)		-14.068	
Outros rendimentos e ganhos	23	1.743.351	1.718.446
Outros gastos e perdas	24	-237.174	-230.046
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.104.938	5.192.933
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-3.004.324	-2.902.627
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.100.615	2.290.306
Juros e rendimentos similares obtidos			9.519
Juros e gastos similares suportados	14	-1.278.547	-1.447.336
Resultado antes de impostos		822.067	852.489
Imposto sobre o rendimento do período		176.742	174.153
Resultado líquido do período		998.809	1.026.642

*Dona Leonilde de Lurdes Pereira Gaspar
Diretora Administrativa e Financeira da Santa*

Erasminda

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
1		500.000		12.240.000		-6.047.263									917.938	26.146.362	26.146.362
2	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1																
3	ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
4	Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
5	Alterações de políticas contabilísticas																
6	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
7	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
8	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
9	Ajustamentos por impostos diferidos																
10	Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
11	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
12	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
13	Realizações de capital																
14	Realizações de prémios de emissão																
15	Distribuições																
16	Entradas para cobertura de perdas																
17	Outras operações																
18	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	500.000		12.240.000		-5.776.128									1.026.642	26.595.331	26.595.331
19																	
20																	
21																	
22																	
23																	
24																	
25																	
26																	
27																	
28																	
29																	
30																	
31																	
32																	
33																	
34																	
35																	
36																	
37																	
38																	
39																	
40																	
41																	
42																	
43																	
44																	
45																	
46																	
47																	
48																	
49																	
50																	
51																	
52																	
53																	
54																	
55																	
56																	
57																	
58																	
59																	
60																	
61																	
62																	
63																	
64																	
65																	
66																	
67																	
68																	
69																	
70																	
71																	
72																	
73																	
74																	
75																	
76																	
77																	
78																	
79																	
80																	
81																	
82																	
83																	
84																	
85																	
86																	
87																	
88																	
89																	
90																	
91																	
92																	
93																	
94																	
95																	
96																	
97																	
98																	
99																	
100																	

*Dora Fernando de Ceuhe Leal e Gaspar.
Carlos Manuel Alves Leal e Gaspar*

Ernesto Leal

[Handwritten mark]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

No período em análise, foi publicada a Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. Este novo regime impôs um prazo de 6 meses para que as empresas existentes alterassem os seus Estatutos para adequação ao novo regime legal, tendo a Vimágua cumprido com aquela determinação.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando as Normas Contabilística e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados pelas portarias no âmbito do SNC.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		15.821.980	15.162.905
Pagamentos a fornecedores		-9.869.696	-7.015.761
Pagamentos ao pessoal		-2.350.858	-2.311.443
Caixa gerada pelas operações		3.601.426	5.835.701
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-48.765	-52.816
Outros recebimentos/pagamentos		187.211	719.790
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.739.871	6.502.675
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.251.841	-1.785.325
Ativos intangíveis		-49.275	-7.226
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			1.600
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento			
Juros e proveitos similares			9.509
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2.301.117	-1.781.442
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3.488.232	-1.376.442
Juros e gastos similares		-1.286.469	-1.381.812
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-66.803	-63.346
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-4.841.504	-2.821.600
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-3.402.750	1.899.633
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.726.668	5.827.035
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.323.918	7.726.668

*Zora Almeida de Luiza Pereira Gaspar.
Octávio Manuel Alves Pereira dos Santos*

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas

diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

(c) Inventários

As matérias-primas e subsidiárias são registadas ao menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis".

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.



(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base na execução das dívidas a receber, ou seja, com base nos processos em análise pelo contencioso e entregues aos advogados da Empresa.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, também em base de acréscimo. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.



(h) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos com o desenvolvimento das atividades, sendo os mesmos reconhecidos em rendimentos à medida que os gastos são incursos e as atividades desenvolvidas, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

(i) Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de ‘Impostos diferidos’ e ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimagua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimagua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o reconhecimento da mesma sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		2.417.844.80
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		66%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1.436.199.81
- Valor c/ IVA		1.766.525.77
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	159.577.76
- Valor c/ IVA		196.280.64
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1.595.777.57
- Valor c/ IVA		1.962.806.41

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção

DA _m – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792
DA _v – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326
AR _m – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	500
AR _v – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	420
R _m – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36155
R _v – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	15600
EE _m – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade dos Municípios	230
EE _v – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade da Vimágua	750

P_{DA+AR} – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas

P_{R+EE} – Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas

$$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} = (792 + 500) / (792 + 326 + 500 + 420) \quad 63\%$$

$$(R_m + EE_m) / (R_m + R_v + EE_m + EE_v) = P_{(R+EE)} = (36155 + 230) / (36155 + 15600 + 230 + 750) \quad 69\%$$

$$(50\% \times P_{(DA+AR)} + 50\% \times P_{(R+EE)}) = P \quad 66\%$$

Nos termos do Contrato de Gestão (cláusula 13.3), do Contrato de Abertura de Crédito (cláusula 21.1) e Acordo de definições (pontos 87 e 131), celebrado c, em 8 de junho de 2009, com o Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o pagamento da Contrapartida aos Municípios só se iniciaria a partir de Junho de 2015, data em que finda o período de carência de capital contratado.

Tendo como objetivo iniciar o pagamento de Contrapartida aos Municípios, o que só poderia ocorrer quando finalizasse o período de carência de capital, previsto para 15 de junho de 2015, a Vimágua celebrou com os Bancos um aditamento ao contrato de financiamento antecipando o fim do período de carência de capital, em condições que lhe permitam garantir o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e o pagamento do empréstimo.

Foi autorizado o pagamento extraordinário e antecipado, em 2012, de parte da contrapartida em dívida aos Municípios no montante de 2.300.000€, repartido da seguinte forma: 2.070.000€ para o Município de Guimarães e 230.000€ para o Município de Vizela.



3.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) **Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis**

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor

refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e no facto de os créditos tenham terem sido reclamados judicialmente ou em tribunal arbitral.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 De Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
11	Caixa	20.844	41.304
121	Depósitos à ordem C.G.D	66.996	55.377
122	Depósitos à ordem BPI	25.851	24.208
124001	BPI/002 Conta Receitas	1.006.522	4.360.851
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da divida	680.115	721.338
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	2.523.590	2.523.590
	Total	4.323.918	7.726.668

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2012, nem aconteceram alterações, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS



Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

6.1. RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90 % pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505 985 217

6.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se na faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento e pela faturação das Câmaras à Vimágua proveniente das contrapartidas, conforme o definido no Contrato de Gestão.

Transações durante o exercício de 2012 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais	Saldos Comerciais
			Dívidas a receber	Dívidas a pagar
CMG	1.832.169,76	696.141,96	484.210,66	1.693.952,71
CMV	203.544,25	175.164,72	297.288,30	188.216,97

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	499.360,69	399.998,92	61.831.875,04	381.557,18
Depreciações Acumuladas Iniciais	0,00	207.686,74	16.556.339,75	340.496,93
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	499.360,69	192.312,18	45.275.535,29	41.060,25
Movimentos do período	0,00	-25.583,49	-158.044,36	7.729,60
Adições	0,00	5.955,63	2.744.624,16	22.050,00
Aquisições 1ª mão	0,00	5.955,63	293.692,71	22.050,00
Trabalhos propria entidade	0,00	0,00	7.873,33	0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	2.443.058,12	0,00
Diminuições	0,00	31.539,12	2.902.668,52	14.320,40
Depreciações	0,00	31.539,12	2.902.668,52	14.320,40
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências AFT em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	499.360,69	166.728,69	45.117.490,93	48.789,85
Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total	
614.999,13	64.836,17	3.164.219,36	66.956.846,49	
515.352,60	49.314,64	0,00	17.669.190,66	
0,00	0,00	0,00	0,00	
99.646,53	15.521,53	3.164.219,36	49.287.655,83	
-19.849,47	-5.118,56	-267.337,67	-465.203,95	
23.660,63	1.957,00	-81.446,43	2.716.800,99	
23.660,63	1.957,00	2.361.007,69	2.708.323,66	
0,00	0,00	604,00	8.477,33	
0,00	0,00	-2.443.058,12		
43.510,10	7.075,56	182.891,24	3.182.004,94	
43.510,10	7.075,56	0,00	2.999.113,70	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	182.891,24	182.891,24	
79.797,06	10.402,97	2.899.881,69	48.822.451,88	

Durante o exercício de 2012, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Na rubrica de "Equipamento básico" e de acordo com o plano plurianual de investimentos a Vimagua deu prioridade ao investimento em:
 - Extensão de redes nas freguesias (Saneamento 80% a 95%);
 - Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
 - Extensão de redes nas freguesias (Abastecimento de água 95% a 100%);
 - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;
 - Ampliação da ETA de Prazins

- Na rubrica de "Equipamento de Transporte", o aumento deve-se ao investimento em contentores oficina para equipar quatro viaturas.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- AD 08-2011 Abastecimento de Água a Tabuadelo - 2ª Fase - Freguesia de Tabuadelo – Guimarães;
- AD 28-2009 Abastecimento de Água à zona alta de Infantas;
- CP 02-2011 Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela;
- OI 10-2010 Ampliação da ETA de Prazins;
- P 01-2008 Nova elevatória para o reservatório do Monte Cavalinho;
- AD 07-2011 Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 2
- CP 3 -2012 Reservatório da Costa.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	80.622	0	80.622
Amortizações Acumuladas	73.253	0	73.253
Quantia Escriturada Líquida Inicial	7.368	0	7.368
Adições	8.360	40.915	49.725
Amortizações ano	5.210	0	5.210
Total das Diminuições	5.210	0	5.210
Quantia Escriturada Líquida Final	10.518	40.915	51.433

O Ativo intangível que se encontra em curso refere-se à aquisição e implementação do software **NAVIA™**. Este software é uma ferramenta de gestão especializada para o setor das águas, concebida para suportar o dia-a-dia da gestão operacional. Uma empresa que implemente o **NAVIA™** poderá garantir, não só a gestão dos processos operacionais, como também responder aos requisitos dos sistemas normativos de gestão, de uma forma eficiente e sem sobrecarga de trabalho.

9. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente:

Descrição	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
Matérias-primas e subsidiárias	667.891	739.343
TOTAL	667.891	739.343

É esperado que os inventários sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Existências iniciais	739.343	761.512
Compras	371.548	540.219
Regularização existências	407.177	524.114
Existências finais	667.891	739.343
Total	35.823	38.274

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, para equipamentos de trabalho e para colocação de contadores.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	4.323.918		4.323.918	7.726.668		7.726.668
Estado e Outros Entes Públicos	428.317		428.317	438.128		438.128
Dívidas de Clientes	3.156.892	946.591	2.210.301	2.905.351	669.693	2.235.658
Outras contas a receber	2.166.549		2.166.549	2.106.636		2.106.636

Adiantamentos a fornecedores	25.672		25.672	26.553		26.553
Ativos financeiros ao valor nominal menos imparidade	5.777.429	946.591	4.830.838	5.476.668	669.693	4.806.975
Ativos financeiros Totais	10.101.347	946.591	9.154.756	13.203.336	669.693	12.533.643
Dívidas a Fornecedores	2.921.003		2.921.003	3.676.351		3.676.351
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	196.022		196.022	214.821		214.821
Outras contas a pagar	4.483.703		4.483.703	4.253.609		4.253.609
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	7.600.728	0	7.600.728	8.144.781	0	8.144.781
Financiamentos obtidos	21.423.174		21.423.174	23.120.262		23.120.262
Financiamentos obtidos Subtotais	21.423.174	0	21.423.174	23.120.262	0	23.120.262
Passivos financeiros Totais	29.023.902	0	29.023.902	31.265.043	0	31.265.043

11. CLIENTES

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Cientes Conta Corrente	2.140.540	2.165.874
Cientes Cobrança Duvidosa	1.016.352	739.477
Imparidade de clientes	-946.591	-669.693
Total	2.210.301	2.235.658

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2012	669.693	285.808	320	8590	946.591
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2011	441.643	255.320		27.270	669.693

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento e na classificação de dívida como sendo de execução em tribunal, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2012 saldo devedor	31 de Dezembro 2012 saldo credor	31 de Dezembro 2011 saldo devedor	31 de Dezembro 2011 saldo credor
Imposto sobre rendimento	118.302		122.119	
Imposto sobre acrescentado	267.233		301.931	
Retenção na Fonte		15.643		18.548
Contribuições seg social/cga		39.394		40.899
Outras contribuições	42.782	140.985	14.078	155.374
TOTAL	428.317	196.022	438.128	214.821

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	659	2.217
278101	Entidades financiadoras de Subsídios	323.468	323.468
278102	Devedores - Comp. de ramais	670.263	525.594
278103	Devedores – Acordos	1.047.923	1.098.716
278105	Devedores Coimas a cobrar	26.946	27.446
278106	Devedores estragos causados	726	726
27	Outros	96.564	3.910
Total		2.166.549	2.106.636

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPOSTADOS

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2012		31 de Dezembro 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	17.413.731	1.085.951	20.243.799	1.744.116
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	2.923.492		1.050.625	81.721
TOTAL	20.337.223	1.085.951	21.294.424	1.825.837

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria a Março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de Swaps sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em Agosto de 2009.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
Juros Suportados	1.211.744	1.383.990
Outros gastos	66.803	63.346
TOTAL	1.278.547	1.447.336

15. FORNECEDORES

Descrição	31 de dezembro 2012		31 de dezembro 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	528.845	2.392.158	2.147.027	1.529.324
TOTAL	528.845	2.392.158	2.147.027	1.529.324

Dos montantes acima identificados o montante relativo à dívida não corrente refere-se às contrapartidas devidas à Câmara de Guimarães e Câmara de Vizela, conforme descrito no ponto 3.2.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
231	Remunerações a pagar	770	693
271	Fornecedores de investimentos	615.479	161.101
272	Devedores e Credores por acréscimos	2.191.497	2.415.005
278104	Devedores-Deposito de Caução	20.446	7.496
2782	Credores	655.511	1.669.114
Total		4.483.703	4.253.609

17. CAPITAL E RESERVAS

17.1 Capital social realizado

A 31 de Dezembro de 2012, o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a estrutura acionista é a seguinte:



Entidades detentoras de capital	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90,00%	450.000	90,00%
Município de Vizela	50.000	10,00%	50.000	10,00%
	500.000		500.000	

17.2 Resultados Transitados

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultados transitados	4.100.725	4.930.333
Ajustamento de transição	15.469	16.444
Ajustamento de transição impostos diferidos	-1.950	-2.925
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	2.148.767	832.276
TOTAL	6.263.011	5.776.128

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de inicialmente cobrir prejuízos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

17.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ajustamentos por impostos diferidos	292.372	539.951
Subsídios-Comparticipação ramais	7.447.777	7.146.884
Subsídios-Comparticipação Entidades Financiadoras	15.591.306	16.553.474
Impostos Diferidos	-5.946.588	-5.643.513
Doações	8.021	8.021
TOTAL	17.392.888	18.604.817

No período em análise, a principal variação ocorrida na rubrica decorreu do movimento contabilístico de imputação a rendimentos do exercício pela quota-parte das depreciações dos ativos fixos tangíveis adquiridos em períodos anteriores, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como

rendimento do exercício numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados:

Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Subsídios - Participação Ramais	691.180	645.149
Subsídios - Empreitadas	982.168	963.237
TOTAL	1.673.348	1.608.386

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de ramais, nas quais a Vimágua utilizou meios próprios para as reparações e como tal, foram reconhecidos trabalhos para a própria empresa.

18. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
Resultado líquido do período	998.809	1.026.642
Número de ações em circulação	500.000	500.000
Resultado por ação Básico	2.00	2.05

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 foi o seguinte:



Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	822.067	852.489
Imposto esperado à taxa nominal	205.517	213.122
Tributação autónoma e derrama	19.317	4.477
Prejuízos acumulados	985.614	986.467
Encargo de Imposto	19.317	4.477
Imposto diferido	-196.059	-178.631
Imposto sobre o rendimento do período	-176.742	-174.154
Taxa efetiva	2,35%	0,53%

No que diz respeito ao imposto diferido reconhecido na demonstração dos resultados no período findo em 31 de Dezembro de 2012, o mesmo é decomposto da seguinte forma:

Descrição	31 de Dezembro 2012
Reversão de Prejuízos Fiscais	246.403
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis - Transição POC/SNC	975
Subsídios ao investimento	-443.437
Total	196.059

20. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
711	Mercadorias	21.400	6.209
712	Produtos acabados e intermédios	5.534.401	6.475.167
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	6.361.075	6.067.755
722	Serviços de exploração Sector Água	2.848.126	2.466.399
723	Outros serviços	20.968	21.301
725	Serviços secundários	88.964	92.606
	Total	14.874.934	15.129.437

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
621	Subcontratos	3.679.711	3.631.554
6221	Trabalhos Especializados	933.281	758.662
6226	Conservação e reparação	629.385	702.743
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	95.818	104.579
623	Materiais	50.953	37.507
6241	Eletricidade	862.183	802.743
624	Outras rubricas de energia e fluidos	119.518	115.738
625	Deslocações estadas e transportes	1.717	2.382
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	1.877.605	1.923.389
6262	Comunicação	320.594	304.734
626	Outras	104.478	109.419
Total		8.675.243	8.493.450

22. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
631	Remunerações órgãos sociais	43.061	46.136
632	Remunerações do Pessoal	1.877.610	2.176.947
633	Benefícios pós Emprego	3.089	6.386
635	Encargos Sobre Remunerações	286.198	345.134
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	29.650	36.832
638	Outros gastos com o pessoal	35.599	36.536
Total		2.275.207	2.647.971

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do período de 2012, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 43.061 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se a pensões, correspondente ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa geral de aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do período de 2012 e o número de empregados no final deste período foi de:

Descrição	31 Dezembro 2012	31 de Dezembro 2011
Número médio de empregados	160	155
Número médio de empregados no final do período	160	161

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
782	Descontos De Pronto Pag. Obtidos	5	.72
787	Rend. e Ganhos em invest. Finan.		1.600
788	Outros	1.743.346	1.716.845
	Total	1.743.351	1.718.446

A conta 788 inclui o montante de 982.168 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de 691.180 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios de ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros prestação e juros mora e outras indemnizações no montante de 36.807 euro.

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
681	Impostos	62.858	94.621
683	Dividas Incobráveis	8.590	110
687	Gastos e perdas Inve não .Financeiros		235
688	Outros	165.726	135.080
	Total	237.174	230.046

A conta 688 inclui essencialmente correções relativas a exercícios anteriores 118.478 euro incluindo insuficiência de estimativa de imposto e pagamentos especiais por conta pagos no exercício de 2007 sobre os quais já não há direito de recuperação.

25. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em relação à NCRF nº 26 “Matérias Ambientais” publicada em Diário da República de 07/09/2009, com aplicação a partir de 01/01/2010, dados os valores correlacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não terem sido relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa

26. DIVERGÊNCIA DE SALDOS COM A TRATAVE

Entre a Vimágua e a TRATAVE, empresa concessionária do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA), existiu, até 8 de novembro de 2012, um contrato de prestação de serviços para recolha e tratamento de águas residuais denominado “Contrato de Adesão e Ligação ao SIDVA”, o qual remete, designadamente em matéria tarifária, para o contrato de concessão assinado em Setembro de 1998 com a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), ainda em vigor.

Naquela data foi celebrado entre a Vimágua, a TRATAVE e a empresa Águas do Noroeste, S.A., um contrato de cessão de posição contratual através do qual a TRATAVE cedeu a sua posição contratual no “Contrato de Adesão e Ligação ao SIDVA” referente à prestação de serviços de transporte e tratamento de águas residuais urbanas, à Águas do Noroeste, S.A.

Nesse contrato ficou expresso que a tarifa devida e paga pela Vimágua à TRATAVE no período entre 2005 a 2010 é a fixada para aquele período no **Contrato de Adesão e Ligação ao Sistema Integrado de despoluição do Vale do Ave**, não tendo existido qualquer revisão extraordinária por parte do respetivo concedente.

Assim as faturas que desde 2005 a TRATAVE enviou à Vimágua, além da fatura da prestação de serviços, contratualmente devida, de acerto tarifário, sistematicamente devolvidas e contestadas com fundamento no facto de não ter qualquer sustentação legal e não cumprir com o contrato a que a Vimágua está vinculada seriam objeto de anulação, deixando de constar da conta corrente da TRATAVE com a Vimágua.

No entanto, em 31 de Dezembro 2012, pela confrontação do nosso extrato de terceiros com o da TRATAVE apuramos uma diferença, respeitante aos valores acumulados de acertos tarifários, 3.056.273 euros, os quais não podem, como resulta do exposto, serem aceites pela Vimágua, por não estarem enquadrados no contrato em vigor e deveriam ter sido anulados na sequência da acima referida cessão de posição contratual.

Questionada sobre o facto, a TRATAVE informou que as faturas seriam anuladas em abril de 2013.

27. PROVISÕES , PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

27.1 PROVISÕES

Em 2012 a Vimágua reconheceu uma provisão no valor de 14.068 relativa a processos judiciais em curso, que de acordo com opinião de advogados da Empresa implicarão pagamentos em 2013.

27.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31/12/2012, para além dos processos reconhecidos mencionados acima, a Empresa não tinha outros processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes

27.3 GARANTIAS

Garantia prestada a favor da CCDR-N (Comissão de Coordenação e desenvolvimento regional do norte) no BPI:

Número	Valor
08305727	221.000

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015003405793	50.000
9015003842793	250.000
61 Garantias a 5.000.00 euros cada	305.000

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007146793	1.000

28. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer de 2012, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos

contabilizados em 31 de Dezembro de 2012, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2013, nos prazos legais;

- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2012 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano de 2011 e no período de 2012, foram respetivamente de 12.000 Euro em ambos os períodos e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

30. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de março de 2013.

Técnica Oficial de Contas:

Eva Maria Ferreira Salgado



Direção Administrativa e Financeira:

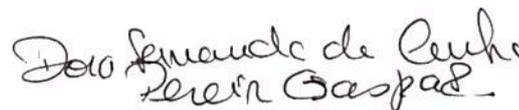
Paula Alexandrina Coelho Fernandes



Conselho de Administração:

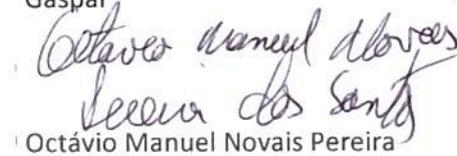


Armindo José Ferreira da Costa e
Silva



Dora Fernanda da Cunha Pereira

Gaspar



Octávio Manuel Novais Pereira

dos Santos